



Santa Casa
da Misericórdia
de Esposende

Relatório de Atividades e Contas 2025





RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2025

(Aprovado em reunião da Mesa Administrativa de 23/03/2026)

Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Esposende para o
Quadriénio 2023-2026.

A Provedora,

(Maria Emília Pinto Vilarinho Rodrigues de Barros Zão)

Os Mesários efetivos,

(Agostinho Penteado Neiva)

(João Luís Braga Laranjeira)

(Maria Hermínia Gigante Bacelar Fernandes)

(Pedro Manuel de Barreira Losa)

(Marta Filipa de Oliveira Barros – Tesoureira)

(Rui André de Carvalho Benta Santos Oliveira)



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2025

(Aprovado em reunião de Mesa da Assembleia Geral de 27/03/2026)

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(Alberto Francisco Barros Bermudes)



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	6
HOSPITAL DE ESPOSENDE - VALENTIM RIBEIRO	7
Obras de requalificação do edifício e aquisição de equipamentos e mobiliário	7
SERVIÇOS PRESTADOS	8
CONSULTA EXTERNA E DE ESPECIALIDADE	8
CONSULTA A TEMPO E HORAS (CTH) – Consultas	9
SERVIÇO DE CIRURGIA	11
CONSULTA A TEMPO E HORAS (CTH) – Cirurgias	11
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO PERMANENTE	13
UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS.....	14
UNIDADE DE CONVALESCENÇA	14
UNIDADE DE MÉDIA DURAÇÃO E REABILITAÇÃO	15
TAXAS DE OCUPAÇÃO	16
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO HOSPITAL DURANTE O ANO.....	17
MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO	18
MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA (MCDT)	21
OUTRAS ATIVIDADES.....	22
CENTRO DE APOIO SOCIAL ERNESTINO MIRANDA (CASEM).....	22
ERPI, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.....	22
Obras de ampliação e requalificação do edifício e aquisição de equipamentos e mobiliário	23
Serviços prestados	23
Projeto Educativo, Projetos de Animação e Atividades desenvolvidas.....	24
Projetos desenvolvidos em parceria	28
CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES (CATL).....	29
Obras de requalificação do espaço exterior e aquisição de equipamentos	30
Serviços prestados	30
Projetos de Animação e Atividades desenvolvidas	30
Projetos desenvolvidos em Parceria.....	33
CRECHE – JARDIM DE INFÂNCIA SANTA ISABEL (CJISI)	33
OBRAS DE AMPLIAÇÃO E DE REQUALIFICAÇÃO	34
OUTROS INVESTIMENTOS	34
PROJETO EDUCATIVO, PROJETO PEDAGÓGICO E PLANO DE ATIVIDADES	35
DESCRIÇÃO/ DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES	35
FESTA DE FINALISTAS E ENCERRAMENTO DAS SALAS	37
Recursos Humanos	39



Estrutura da Equipa	39
FORMAÇÃO	39
Indicadores de Desempenho	42
Desafios.....	42
IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	42
VOLUNTARIADO E OUTRAS CAUSAS SOCIAIS.....	43
IGREJA DA MISERICÓRDIA.....	43
Culto geral	43
Semana Santa	43
PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	44
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	45
EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPOSENDE	46
OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS E INCERTEZAS.....	46
PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	47
INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	47
DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	47



INTRODUÇÃO

Nos termos do Artigo 27, ponto 1, alínea f) do Compromisso Santa Casa da Misericórdia de Esposende e da legislação em vigor, a Mesa Administrativa apresenta à Irmandade o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2025.

Este documento evidencia a concretização dos objetivos organizacionais traçados no Plano de Atividades para 2025 para as diferentes áreas da sua intervenção: Saúde, Ação Social e Educação e as Contas de gestão. São nele identificadas as atividades desenvolvidas e os serviços prestados no Hospital de Esposende-Valentim Ribeiro, na Creche e Jardim de Infância Stª Isabel, no Centro de Apoio Social Ernestino Miranda, onde estão sediadas as respostas sociais Centro de Atividades de Tempos livres (1º e 2º ciclos do Ensino Básico), Cantinas Sociais e as destinadas à população idosa – Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário. São ainda referidas as cerimónias religiosas desenvolvidas.

Para a execução do Plano de Atividades foram adotadas medidas de rigor e exigência para melhorar a eficiência operacional e foi reforçada uma cultura organizacional que incute em cada trabalhador a necessidade de melhoria contínua. Esta estratégia de ação permitiu um melhor resultado do que o previsto em sede de Plano de Atividades e Orçamento, que era de 138.202,00 euros.

Em 2025 terminamos com um Resultado Líquido de 669.475,24€ o que significa um aumento de 38,5% face a 2024. Há, portanto uma tendência de crescimento.

Alguns aspetos merecem ser evidenciados:

- 1- O aumento dos serviços prestados de 5,72% em relação a 2024;
- 2- As comparticipações da segurança social registaram o valor de 1.214.925,82€, o que corresponde a um aumento de 17,75% em relação a 2024.
- 3- Novo Contrato com a Unidade Local de Saúde de Barcelos-Esposende que permitiu a criação do Centro de Atendimento Clínico (CAC);

Pese embora os resultados serem positivos, observam-se dificuldades na gestão decorrentes do aumento nos Gastos com Pessoal de 12%, tendo os custos com esta rubrica atingido os 2.950.836,69€ e dos investimentos que foram necessários executar.

A Mesa Administrativa regista o empenho de todos os nossos trabalhadores e prestadores de serviço cujo profissionalismo e dedicação permitiram atingir estes resultados.



HOSPITAL DE ESPOSENDE - VALENTIM RIBEIRO

O Hospital de Esposende - Valentim Ribeiro continua a ser uma referência na prestação de cuidados de saúde à população do concelho de Esposende e das regiões vizinhas, assumindo um papel de proximidade no atendimento assistencial.

Em 2025, manteve o seu compromisso com a qualidade dos cuidados de saúde, respondendo eficazmente às necessidades da comunidade.

Em 2025, o Hospital deu continuidade à desmaterialização do processo clínico no Atendimento Médico Permanente e nas consultas, reduzindo o uso de papel e melhorando a eficiência operacional. Paralelamente, reforçou a comunicação através das redes sociais e promoveu uma divulgação frequente e estruturada da sua oferta de serviços, de forma articulada com o parceiro externo responsável por este serviço e com os serviços internos.

Para 2026, um dos principais objetivos será a continuidade desta transição digital, promovendo a informatização integral dos procedimentos institucionais, em alinhamento com princípios de sustentabilidade ecológica.

Em 2025 foi celebrado um protocolo com a ULS Barcelos/ Esposende e a Santa Casa da Misericórdia de Esposende, através do Hospital de Esposende – Valentim Ribeiro para a criação de um Centro de Atendimento Clínico (CAC), por forma a garantir a prestação de cuidados de saúde aos utentes que sejam triados na Linha SNS 24 ou nas urgências da ULSBE (Unidade Local de Saúde Barcelos/ Esposende), com a prioridade azul (não urgentes) ou verde (pouco urgentes) segundo a metodologia da Triagem de Manchester, que não sejam abrangidos pelos critérios de exceção do projeto "Ligue Antes, Salve Vidas" e que não tenham resposta programada em 24h nos Cuidados de Saúde de Primários. Esta nova oferta de serviços exigiu adaptação das equipas clínicas e reorganização interna, implicando a adoção de um novo sistema informático de registo clínico e a formação dos profissionais. Este protocolo assumiu grande importância, garantindo maior acessibilidade da população aos cuidados prestados.

O Hospital de Esposende está pronto para abraçar novos desafios e alargar a sua oferta de serviços.

OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Muitos dos investimentos previstos para 2025 não foram concluídos e serão realizados ao longo de 2026, nomeadamente a obra da TAC.

Ainda em 2025, foi possível expandir a oferta de exames na área da Cardiologia com a aquisição de mais um aparelho de MAPA (Monitorização Ambulatória da Pressão Arterial), que passou a integrar as convenções.



A cadeira de medicina dentária foi substituída, representando um investimento significativo e um reforço na qualidade dos cuidados nesta área. Refira-se que também foi adquirido material para o bloco operatório, nomeadamente para a substituição de instrumental.

SERVIÇOS PRESTADOS

CONSULTA EXTERNA E DE ESPECIALIDADE

Em 2025, o Hospital realizou um total de **12.725 consultas**, registando um aumento de **3,39%** face a 2024, sendo o ano com maior volume de atividade de consulta desde 2021. O crescimento global foi impulsionado principalmente por áreas como:

- **Neurologia:** +32,94%, atingindo 779 consultas.
- **Oftalmologia:** +33,21%, com 1.079 consultas.
- **Medicina Dentária:** +8,77%, mantendo uma tendência de crescimento sustentado.
- **Psicologia:** +40,00% e **Podologia:** +42,08%, refletindo a expansão de serviços de apoio.
- **Reumatologia:** +37,84%, destacando aumento na procura por especialidades crónicas.
- **Pediatria:** +262,50%, embora com números absolutos ainda reduzidos (58 consultas).

Em contrapartida, algumas especialidades registaram decréscimos relevantes:

- **Endocrinologia:** -40,63%, devido à saída do especialista sem substituição imediata.
- **Psiquiatria:** -41,21%
- **Clínica Geral:** -27,03% e **Fisiatria:** -24,71%.

O crescimento global reflete, assim, a **expansão estratégica de certas especialidades e serviços de apoio**, enquanto evidencia áreas com necessidade de reforço de recursos humanos e organização interna.

CONSULTAS EXTERNAS						Variação
ESPECIALIDADES	2021	2022	2023	2024	2025	2025/2024
Angiologia e Cirurgia Vascular	297	205	260	275	256	-6,91%
Cardiologia	575	497	510	555	580	4,50%
Cirurgia Geral	96	98	70	116	106	-8,62%
Cirurgia Pediátrica	1	0	0	0	0	-
Cirurgia Plástica e Reconstructiva	662	683	752	686	610	-11,08%
Clínica Geral	17	37	53	74	54	-27,03%
Dermatologia	0	94	270	264	265	0,38%
Endocrinologia	184	159	152	160	95	-40,63%
Ginecologia/Obstetrícia	405	375	343	378	395	4,50%
Imunoalergologia	31	27	0	0	0	-
Medicina Dentária	48	1200	2055	2599	2827	8,77%
Medicina Física e Reabilitação	1501	1729	2095	2092	1905	-8,94%



Medicina Geral e Familiar	273	213	140	117	123	5,13%
Medicina Geral e Familiar (seguros)	2	4	0	0	0	-
Medicina Interna	4	7	15	16	7	-56,25%
Neurocirurgia	65	67	57	51	44	-13,73%
Neurologia	171	229	462	586	779	32,94%
Oftalmologia	876	827	739	810	1079	33,21%
Ortopedia	1969	1871	1828	1655	1578	-4,65%
Otorrinolaringologia	739	679	731	765	723	-5,49%
Patologia Digestiva	121	134	123	134	124	-7,46%
Pediatria	98	42	0	16	58	262,50%
Pedopsiquiatria	0	0	0	0	0	-
Pneumologia	130	100	151	159	154	-3,14%
Psiquiatria	48	86	138	165	97	-41,21%
Reumatologia	85	68	62	74	102	37,84%
Urologia	147	127	151	126	117	-7,14%
SUB-TOTAL	8545	9558	11157	11873	12078	1,73%
OUTRAS ÁREAS						
Nutrição	3	0	0	0	0	-
Psicologia	24	74	92	90	126	40,00%
Podologia	0	116	144	183	260	42,08%
Terapia da fala	0	0	0	0	115	-
Fisiatria	87	73	39	85	64	-24,71%
Enfermagem (Pré Operatórias)	41	1482	1647	141	82	6,49%
TOTAL	10141	11468	11573	12308	12725	3,39%

Tabela 1 – Consultas externas por especialidade

CONSULTA A TEMPO E HORAS (CTH) – CONSULTAS

Considerando a importância da intervenção do setor social na área da saúde e a sua complementaridade em relação ao setor público, em 2011 foi assinado um protocolo de cooperação entre as Misericórdias e o Ministério da Saúde. Em 2015, celebrou-se um novo Acordo, já com base no Decreto-Lei n.º 138/2013, de 9 de outubro, que define as formas de articulação entre o Ministério da Saúde, os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) com fins de saúde. Após uma renovação excecional em 2021 por um ano, o novo Acordo foi finalmente firmado em 2022 para vigorar até 2026.

As especialidades abrangidas incluem Cirurgia Vascular, Ginecologia, Oftalmologia, Ortopedia e Urologia, sendo os doentes referenciados, essencialmente, dos ACES de Barcelos/ Esposende, Braga, Famalicão, Póvoa de Varzim/ Vila do Conde e Santo Tirso/ Trofa.



A atividade contratada correspondeu a 1.540 primeiras consultas e 357 consultas subsequentes, tendo o Hospital de Esposende ultrapassado a produção inicialmente contratada.

Refira-se que, com a descontinuidade da referenciação via Alert P1 (CTH) e a implementação da referenciação através do RSE SIGA – que passou a permitir às instituições anteriormente integradas na CTH efetuar a referenciação de pedidos de consulta – coexistiram, durante um período transitório, dois sistemas de referenciação. Esta situação dificultou a monitorização dos pedidos. Em consequência, o hospital recebeu um volume superior de pedidos, especialmente nas especialidades de Oftalmologia e Ortopedia. Para assegurar o cumprimento dos prazos de resposta dos pedidos referenciados, foi necessário realizar um número de consultas acima do contratualizado.

O compromisso em cumprir os Tempos Máximos de Resposta Garantidos (TMRG) manteve-se, permitindo evitar penalizações e assegurar um serviço de qualidade.

	1as consultas	Consultas subsequentes	TOTAL
Cirurgia Geral	0	0	0
Cirurgia Vascular	282	68	350
Ginecologia	0	0	0
Oftalmologia	920	103	1023
Ortopedia	308	73	381
Otorrinolaringologia	0	0	0
Urologia	139	113	252
TOTAL	1649	357	2006

Tabela 2 – Consultas CTH por especialidade

1ª Consultas CTH 2024



1ª Consultas CTH 2025

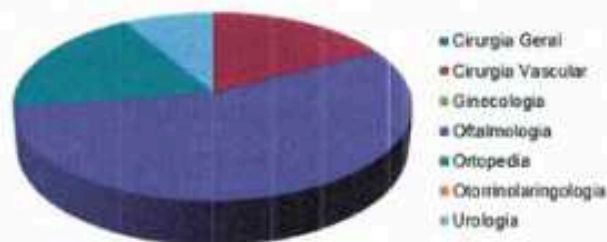
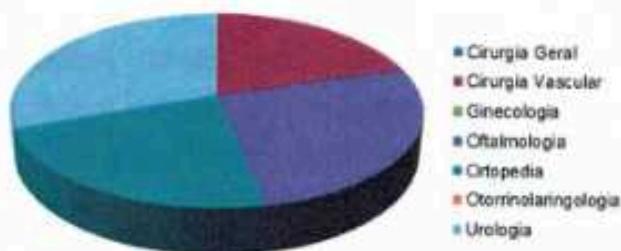


Gráfico 1 – Produção Primeiras Consultas CTH 2024 e 2025

Consultas Subsequentes CTH 2024



Consultas Subsequentes CTH 2025



Gráfico 2 – Produção Consultas Subsequentes CTH 2024 e 2025

SERVIÇO DE CIRURGIA

A Cirurgia, mesmo excluindo a atividade realizada ao abrigo do Acordo CTH, que registou um acréscimo global na sua atividade em 2025 de 2% face a 2024.

Verifica-se que as cirurgias de maior procura continuam a ser cirurgia da catarata, colocação de próteses da anca e do joelho, redução mamária e abdominal, e aumento mamário, mantendo-se a relevância destas intervenções na resposta assistencial.

ESPECIALIDADES	CTH			Acordo UMP	PARTICULAR	ADSE	OUTROS SUBSISTEMAS	Total 2024	Total 2025	2025/2024
	Intern.	Amb. Med	Amb							
Cirurgia Geral	0	0	0	0	0	1	0	2	1	-100%
Cirurgia plástica	0	0	0	0	72	15	2	114	89	-28%
Cirurgia Vascular	61	0	22	0	1	5	0	4	1	-300%
Ginecologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Oftalmologia	1	0	482	0	61	22	7	41	90	54%
Ortopedia	74	0	74	0	8	4	2	5	6	17%
Otorrinolaringologia	0	0	0	0	3	2	2	8	7	-14%
Urologia	0	0	8	0	1	0	0	0	1	100%
Dermatologia	0	0	0	0	3	2	0	5	3	-67%
Sub Total	136	0	586					179	198	10%
TOTAL		722		0	141	44	13	906	920	2%

Tabela 3 – Cirurgias efetuadas por especialidade e subsistema

CONSULTA A TEMPO E HORAS (CTH) – CIRURGIAS

Relativamente ao número de cirurgias contratadas para o ano de 2024 foi previsto uma produção de 728 GDH dos quais: 587 GDH Ambulatório Cirúrgico, 1 GDH Ambulatório Médico e 140 GDH Internamento.

Verifica-se uma taxa de execução global de 99,6%, com 586 GDH realizados face aos 588 contratados, evidenciando um cumprimento praticamente integral da atividade prevista. Destaca-se o Ambulatório Cirúrgico, com uma execução de 99,8% (586/587), enquanto no Ambulatório Médico



não se registou produção, apesar de estar previsto 1 GDH, resultando numa taxa de execução de 0%.

Nas cirurgias de GDH de Internamento, a produção ficou ligeiramente abaixo do contratualizado, devido a seis cancelamentos ocorridos no final do ano. Não foi possível proceder à sua substituição atempada, por coincidir com o período da época festiva do Natal e feriados.

ESPECIALIDADES	Cirurgias CTH 2024		Cirurgias CTH 2025		Total 2024	Total 2025	Variação 2025/2024
	Amb.	Intern	Amb.	Intern			
Cirurgia Vascular	23	62	22	61	85	83	-2,35%
Ginecologia	0	0	0	0	0	0	-
Oftalmologia	475	3	482	1	478	483	1,05%
Ortopedia	79	75	74	74	154	148	-3,90%
Otorrinolaringologia	0	0	0	0	0	0	-
Urologia	10	0	8	0	10	8	-20,00%
Total	587	140	586	136	727	722	-1%

Tabela 4 – Cirurgias efetuadas por internamento e ambulatório

Cirurgias com Internamento - CTH 2024



Cirurgias com Internamento - CTH 2025

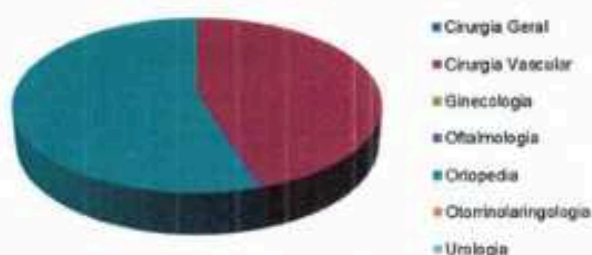


Gráfico 3 – Produção Cirurgias de Internamento CTH 2024 e 2025

Cirurgias de Ambulatório - CTH 2024



Cirurgias de Ambulatório - CTH 2025



Gráfico 4 – Produção Cirurgias de Ambulatório CTH 2024 e 2025



SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO PERMANENTE

O Serviço de Atendimento Médico Permanente (AMP) funciona 24 horas por dia, todos os dias do ano, sendo assegurado por uma equipa de médicos e enfermeiros experientes no atendimento a situações urgentes. Este serviço garante segurança, rigor e prontidão na resposta aos doentes, proporcionando um atendimento adequado a cada situação clínica, incluindo o encaminhamento para cuidados mais diferenciados sempre que necessário.

Para além do atendimento médico permanente, este serviço dispõe de capacidade para reanimação cardiopulmonar e para internamento de doentes agudos na sala de observação. Durante grande parte do dia, conta ainda com o apoio de meios complementares de diagnóstico, designadamente exames laboratoriais e imagiológicos, bem como com o suporte das especialidades médicas existentes no Hospital e da equipa de enfermagem para a realização de diversos tratamentos.

Em 2025, a atividade do AMP registou um decréscimo de 2,3% (-355 atendimentos) face a 2024. Contudo, o volume global de faturação apresentou um crescimento significativo de 27%. Cerca de 76% deste aumento resulta do protocolo estabelecido com a Unidade Local de Saúde de Barcelos/ Esposende, no âmbito da criação do Centro de Atendimento Clínico (CAC). O remanescente acréscimo deveu-se à atualização dos valores dos kits.

AMP	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	TOTAL
Consultas	2022	734	700	924	1090	1022	941	1097	1287	942	1144	1460	1470	12771
	2023	1324	1114	1203	1019	1083	935	1211	1600	1090	1149	1177	1799	14724
	2024	1482	1269	1373	1348	1418	1178	1253	1413	1087	1050	1037	1315	15223
	2025	1275	1154	1240	1151	1137	1069	1308	1585	1145	1103	1121	1560	14848
Faturação	2022	14 440,00 €	13 860,00 €	18 430,00 €	20 310,00 €	20 340,00 €	18 680,00 €	21 490,49 €	25 498,00 €	18 775,00 €	23 066,00 €	29 075,00 €	29 312,00 €	253 458,49 €
	2023	26 042,00 €	22 190,00 €	23 942,00 €	20 206,00 €	21 390,00 €	18 552,00 €	24 013,00 €	31 949,00 €	21 317,00 €	23 279,00 €	23 345,00 €	35 860,80 €	292 555,80 €
	2024	29 187,00 €	25 084,00 €	27 111,00 €	26 976,00 €	28 086,00 €	28 342,00 €	30 085,00 €	34 640,00 €	26 330,00 €	23 080,00 €	23 029,09 €	31 873,00 €	337 863,09 €
	2025	31 402,00 €	30 303,00 €	34 420,00 €	31 403,50 €	30 950,50 €	29 788,50 €	40 392,00 €	49 513,00 €	33 328,50 €	33 596,00 €	33 051,00 €	47 321,50 €	429 472,50 €
CAC	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	TOTAL
Consultas	2025	-	56	156	125	114	112	156	223	150	125	166	159	1542
Faturação	2025	-	2 520,00 €	7 020,00 €	5 625,00 €	5 130,00 €	5 040,00 €	7 020,00 €	10 035,00 €	6 750,00 €	5 625,00 €	7 470,00 €	7 155,00 €	49 390,00 €

Tabela 5 – Produção Consultas e Faturação do Atendimento Médico Permanente mensal



AMP

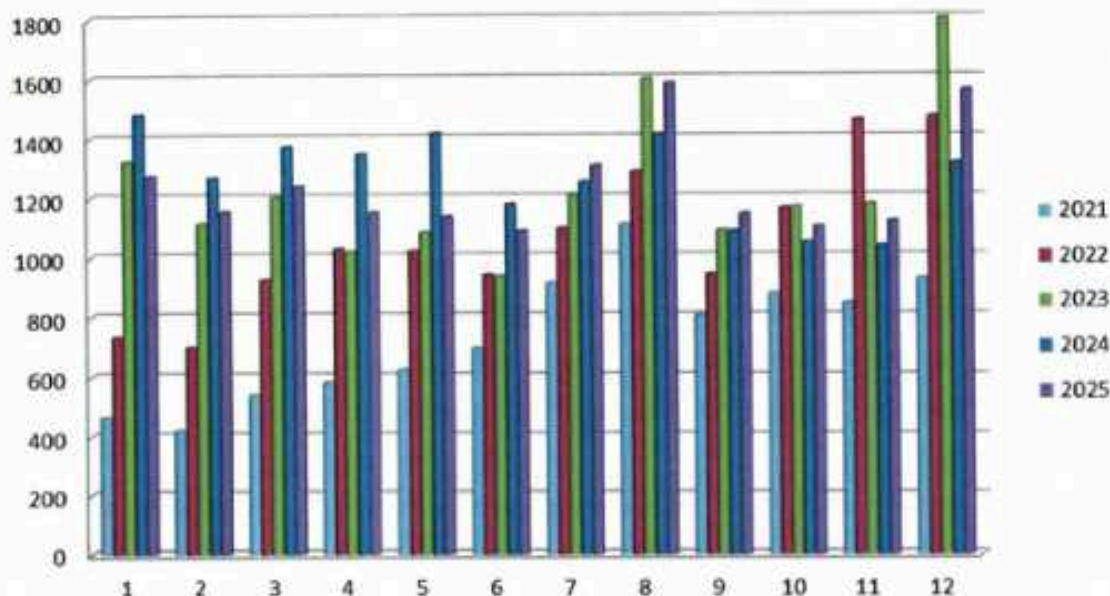


Gráfico 5 – Produção Consultas de Atendimento Médico Permanente mensal

UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

UNIDADE DE CONVALESCENÇA

A Unidade de Convalescença presta tratamento e supervisão clínica contínua e intensiva, bem como cuidados de reabilitação na sequência de um internamento hospitalar. O seu principal objetivo é a estabilização clínica e funcional, bem como a avaliação e reabilitação integral de pessoas com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável.

Embora a referenciação para esta unidade seja efetuada de forma centralizada, continua a ser evidente a preferência dos utentes da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados pela Unidade de Esposende. Durante 2025, verificou-se um aumento significativo no número de admissões e altas face a 2024, refletindo a crescente procura pelos serviços da unidade.

A taxa de ocupação registou a mesma taxa de ocupação que o ano 2024 de 93%.

Mantém-se o desafio dos internamentos sociais e psiquiátricos, que prolongam a permanência de alguns doentes para além do período recomendado para a sua reabilitação clínica. A falta de retaguarda para estes utentes continua a ser um problema estrutural e, caso não sejam implementadas medidas específicas, esta situação poderá agravar-se no futuro, impactando significativamente o Serviço Nacional de Saúde (SNS).



Unidade de Convalescença										
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Admissões	223	226	233	238	170	175	158	150	209	243
Altas	221	229	231	241	170	175	156	147	202	240
Taxa Ocupação	91%	92%	92%	92%	89%	91%	92%	94%	93%	93%

Tabela 6 – Resumo Unidade Convalescença

Unidade de Convalescença

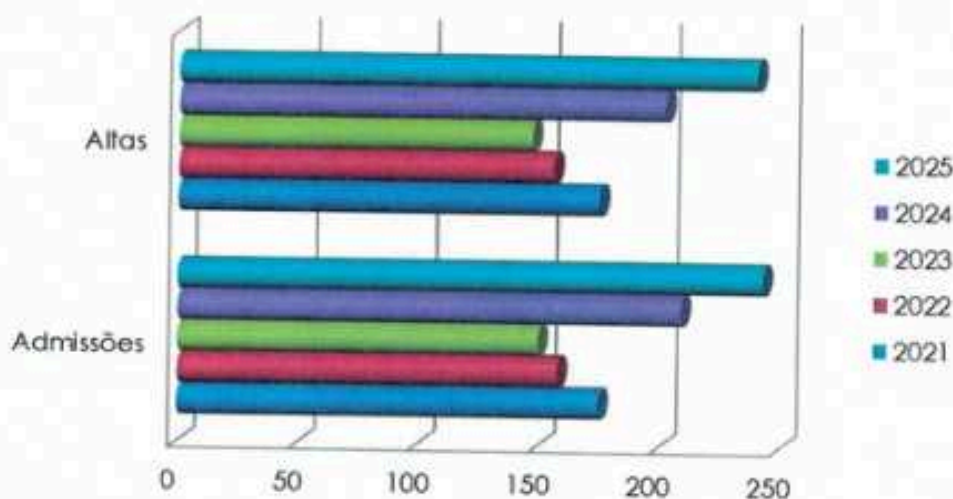


Gráfico 6 – Unidade de Convalescença

UNIDADE DE MÉDIA DURAÇÃO E REABILITAÇÃO

A Unidade de Média Duração e Reabilitação presta cuidados clínicos de reabilitação e apoio psicossocial a doentes em recuperação de um processo agudo ou de uma descompensação de doença crónica.

Em 2025, verificou-se uma ligeira redução no número de admissões e altas face a 2024, com as admissões a passarem de 37 para 24 e as altas de 37 para 24. No entanto, a taxa de ocupação manteve-se elevada, de 98%, evidenciando uma gestão eficiente da capacidade instalada.

Tal como no ano anterior, os doentes chegaram essencialmente referenciados de outras Unidades da Rede de Cuidados Continuados. Apesar da redução no fluxo de admissões e altas, a unidade continua a desempenhar um papel essencial no processo de reabilitação e estabilização clínica dos seus utentes.



Unidade de média duração										
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Admissões	56	54	67	55	45	46	35	40	37	24
Altas	52	55	65	55	46	46	35	39	37	24
Taxa Ocupação	95%	96%	96%	96%	95%	95%	96%	97%	97%	98%

Tabela 7 – Resumo Unidade Média Duração e Reabilitação

Unidade de Média Duração

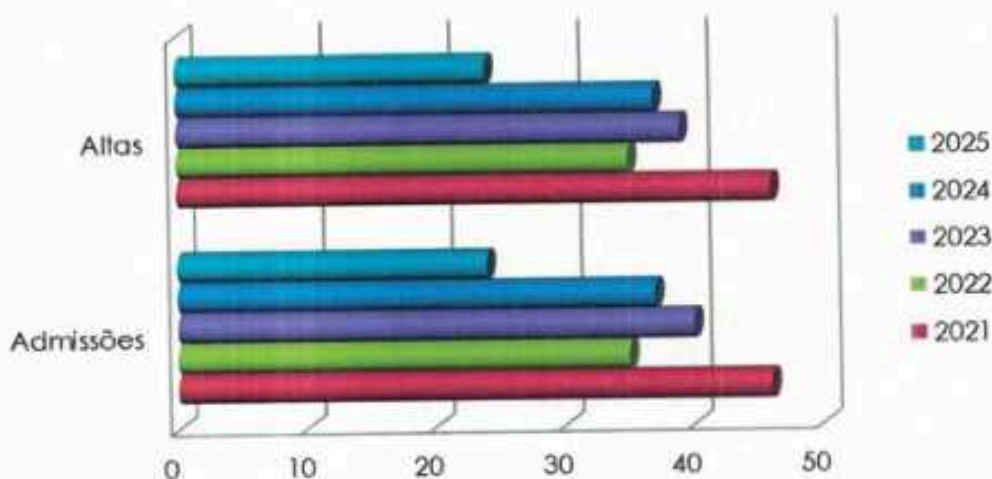


Gráfico 7 – Unidade de Media Duração e Reabilitação

TAXAS DE OCUPAÇÃO

Esta taxa é fundamental para o financiamento do Hospital na medida em que, sempre que a taxa de ocupação for igual ou superior a 85%, haverá lugar a um pagamento adicional fixo correspondente à diferença entre o número de camas contratadas e a taxa de ocupação verificada. Poderemos dizer que, sempre que a taxa de ocupação esteja acima de 85%, o pagamento respetivo será sempre de 100%. Mantendo uma situação saudável, podemos, no entanto, verificar que o crescimento das taxas de ocupação, nomeadamente acima de 85% nos últimos anos, é penalizador, pois os proveitos são iguais, mas os custos são mais elevados. Deverão ser dinamizadas novas formas de dar altas mais precoces aos utentes nomeadamente os casos sociais, que têm aumentado anualmente.



Taxa de Ocupação

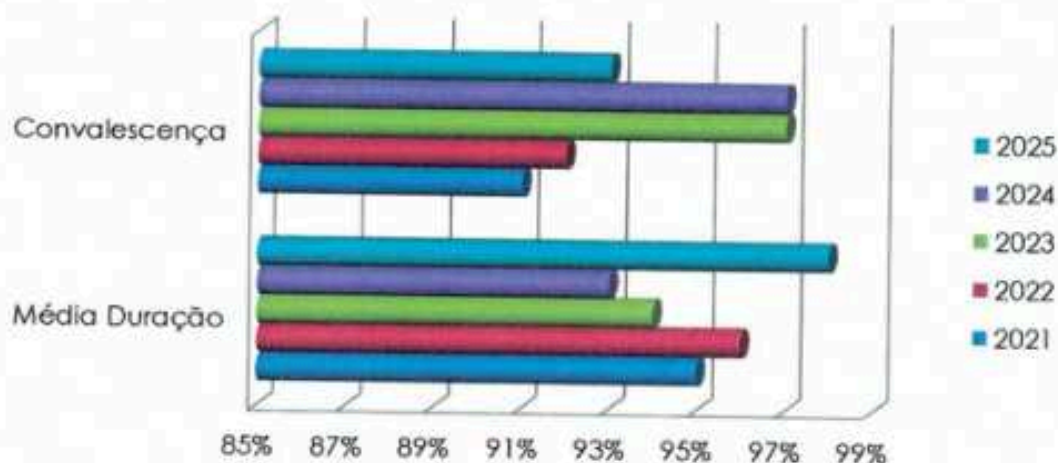


Gráfico 8 – Taxas de ocupação das unidades

No ano de 2025, o Gabinete do Utente procedeu à avaliação da satisfação dos utentes das Unidades de Cuidados Continuados Integrados, nomeadamente da Unidade de Convalescença (UC) e da Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR), através da aplicação de questionários entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

Em 2025, o Gabinete do Utente manteve o seu papel ativo na monitorização da qualidade percebida pelos utentes, evidenciando níveis globalmente positivos de satisfação em ambas as Unidades.

Apesar da taxa de adesão aos questionários ser reduzida, os resultados obtidos permitem identificar pontos fortes consolidados, nomeadamente o profissionalismo, a humanização dos cuidados e a qualidade assistencial, bem como áreas de melhoria contínua, sobretudo ao nível da alimentação e de alguns aspetos organizacionais.

Os dados recolhidos constituem um instrumento relevante para o planeamento de ações de melhoria e reforçam o compromisso institucional com a qualidade, a humanização e a segurança dos cuidados prestados.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO HOSPITAL DURANTE O ANO

Ao longo do ano de 2025, foram realizados eventos de convívio e confraternização. A dinamização destes eventos foi conduzida pelos profissionais, equipa de voluntariado, outras valências/ respostas sociais, e entidades da Comunidade.



MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO

A atividade de Medicina Física e de Reabilitação (Fisiatria) desenvolve-se maioritariamente no Ginásio do Hospital, estando orientada sobretudo para os doentes integrados na Rede Nacional de Cuidados Continuados e para utentes do SNS, apresentando ainda reduzida expressão no setor particular e noutros subsistemas de saúde.

Em 2025, registou-se uma diminuição global da atividade médica nesta área. A redução revelou-se relativamente consistente ao longo do ano, com quebras mais acentuadas em meses como março, agosto e dezembro.

Também ao nível das sessões de fisioterapia se verificou uma redução da produção global. Embora alguns meses tenham apresentado valores próximos dos registados em 2024 (nomeadamente janeiro e outubro), a tendência anual evidencia um decréscimo face ao ano anterior.

Para 2026, esta é identificada como uma das áreas estratégicas, prevendo-se o reforço da equipa com a entrada de mais um médico. O serviço apresenta atualmente uma elevada lista de espera no setor convencionado, pelo que se pretende implementar estratégias que permitam melhorar a capacidade de resposta e aumentar os níveis de eficiência, promovendo uma gestão mais otimizada dos recursos disponíveis.

	Ano/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	TOTAL
Consultas	2015	116	116	128	134	91	131	151	110	139	147	126	116	1505
	2016	151	132	151	134	130	140	148	96	129	140	125	108	1584
	2017	126	134	167	125	160	165	177	149	128	146	162	92	1731
	2018	153	129	148	94	157	142	139	152	138	138	131	122	1643
	2019	154	137	127	125	166	124	162	132	163	158	147	128	1723
	2020	147	140	69	0	52	78	101	78	103	113	120	80	1061
	2021	92	98	145	116	129	108	132	121	148	128	160	124	1501
	2022	142	147	162	133	151	139	118	97	177	156	147	136	1705
	2023	166	149	188	149	171	154	193	198	180	191	212	144	2095
	2024	161	206	159	172	182	171	187	154	176	190	166	168	2092
	2025	157	174	165	133	159	146	179	133	169	186	180	124	1905
Sessões Fisioterapia	2015	1846	1683	2213	1830	1886	2004	1950	1656	1808	1962	1981	1523	22342
	2016	1772	1779	1885	1575	2153	2088	1894	1673	1873	1711	2048	1743	22194
	2017	1994	1667	2103	1640	2121	2100	2136	2176	2085	2153	2081	1665	23921
	2018	2000	1800	2022	1823	2008	1997	2113	2066	1930	2038	2005	1644	23446
	2019	1933	1890	1832	1779	2178	1821	2472	1996	2162	2321	2007	1757	24148
	2020	2117	1871	965	0	495	1006	1285	1251	1445	1372	1375	1127	14309
	2021	1215	1220	1649	1526	1573	1421	1770	1761	1896	1802	1858	1647	19338
	2022	1773	1784	2031	1612	1831	1756	1804	1771	1857	1737	1849	1693	21498
	2023	2233	2056	2398	1686	2267	2230	2507	2561	2357	2460	2594	2008	27357
	2024	2556	2376	2321	2344	2445	2094	2197	1821	2034	2566	2159	1685	26598
	2025	2300	2187	2262	1940	2019	1934	2168	1729	2083	2459	2153	1584	24818

Tabela 8 – Consultas e sessões de Fisioterapia

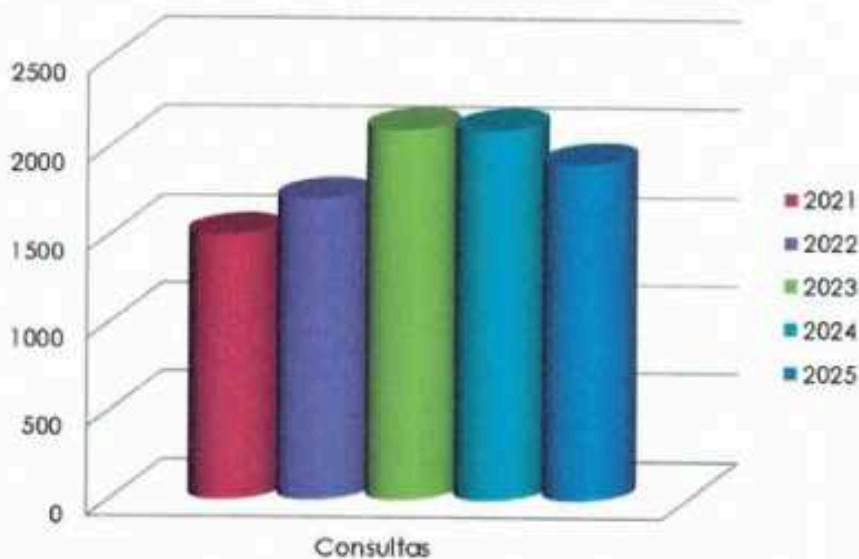


Gráfico 9 – Consultas MFR

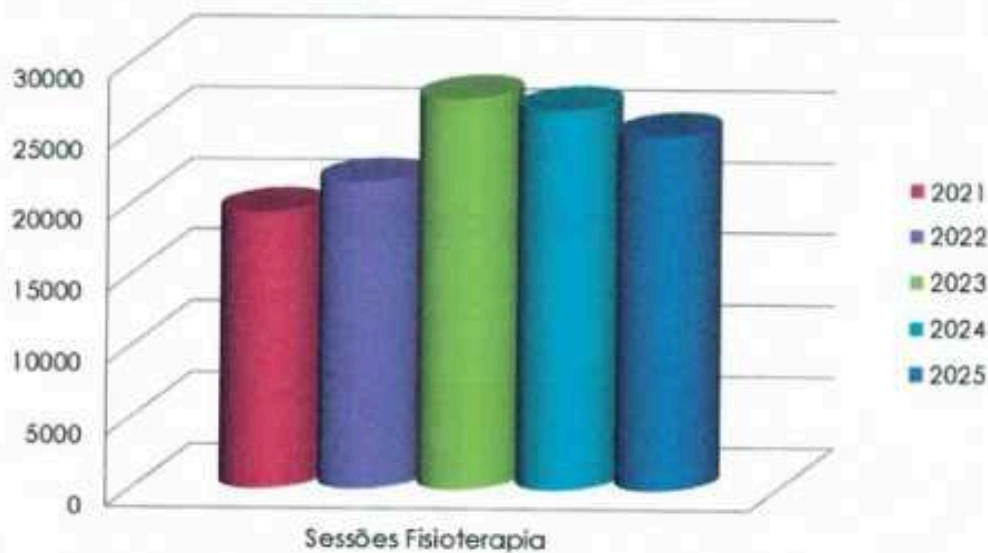


Gráfico 10 – Sessões MFR



MFR Consultas

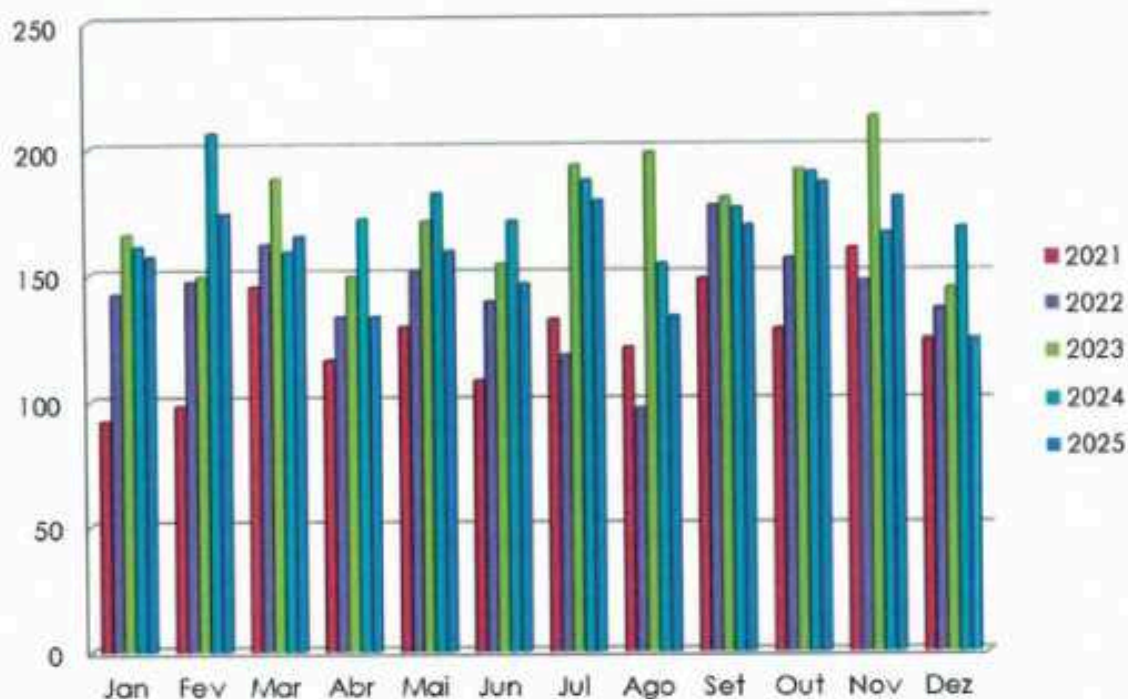


Gráfico 11 – Consultas MFR Mensais

MFR Sessões de Fisioterapia

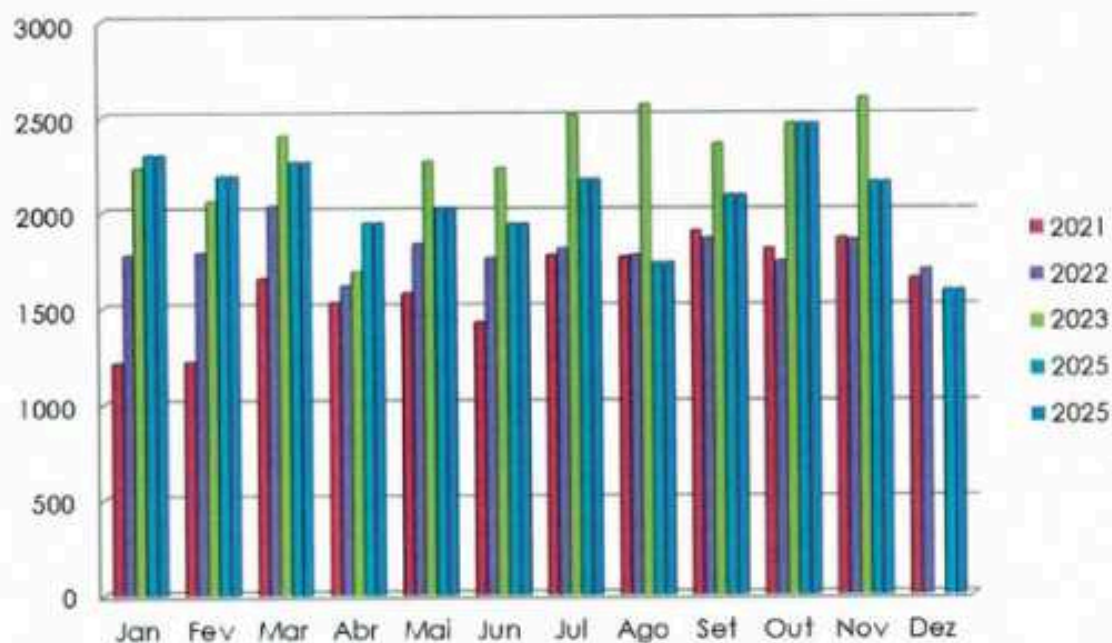


Gráfico 12 – Sessões MFR Mensais

MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA (MCDT)

O Hospital manteve a sua aposta na oferta de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT) aos seus utentes. A área dos MCDT assume particular relevância para a Instituição, não apenas pelo volume de faturação que representa, mas também pela sua capacidade de dinamizar outras linhas de atividade e potenciar novos investimentos.

Em termos globais, registou-se um aumento de 7,3% na realização de MCDT em 2025 face a 2024, com especial destaque para o crescimento verificado nas áreas da Cardiologia e das Análises Clínicas.

Adicionalmente, com a revisão da tabela dos convencionados, o MAPA passou a integrar a nova tabela, o que permitiu reforçar e expandir a atividade nesta área de exames.

MCDT	2024	2025	Variação 2025/2024 (%)
Análises clínicas	3010	3357	11,53%
ECG	2389	2888	20,89%
Ecocardiogramas	1082	1297	19,87%
Provas de Esforço	133	135	1,50%
Pneumologia	446	241	-45,96%
Mapas e Holter	386	585	51,55%
Endoscopias	655	625	-4,58%
Colonoscopias	608	609	0,16%
RX	3645	3911	7,30%
Mamografias	457	456	-0,22%
Ortopantomografias	293	524	78,84%
Ecografias	5060	4860	-3,95%
TOTAL	18164	19488	7,29%

Tabela 9 – Meios complementares de diagnóstico

MCDT	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Análises clínicas	308	292	334	230	301	249	259	276	321	326	257	204	3357
ECG	268	264	292	284	267	179	233	199	256	284	217	145	2888
Ecocardiogramas	115	121	112	131	112	73	113	93	94	132	127	74	1297
Provas de Esforço	15	14	19	14	11	8	12	3	8	12	11	8	135
Pneumologia	21	22	22	26	16	14	21	9	25	22	16	27	241
Mapas e Holter	37	40	46	48	48	38	46	33	52	84	68	45	585
Endoscopias	58	46	54	64	51	50	56	40	60	69	46	31	625
Colonoscopias	53	44	43	59	54	50	58	36	64	75	51	22	609
RX	360	381	392	317	362	269	334	271	304	344	292	285	3911
Mamografias	61	37	48	34	60	36	47	18	22	54	33	6	456
Ortopantomografias	60	44	49	41	37	27	60	27	44	57	48	30	524
Ecografias	492	384	435	384	481	328	513	301	539	533	354	116	4860
Total													19488

Tabela 10 – Meios complementares de diagnóstico e terapêutica mensais



OUTRAS ATIVIDADES

Como tem sido hábito em anos transatos, e conforme já referido em pontos anteriores deste relatório, demos continuidade a um conjunto de atividades que envolvem normalmente os nossos cuidadores, familiares, amigos, trabalhadores, voluntários e elementos da Comunidade.

À semelhança dos anos anteriores, também no início de 2025, foi lançada a campanha de IRS solidário a favor da Instituição e sem qualquer encargo para o contribuinte.

Em Maio assinalou-se o Dia Mundial de Higienização das Mãos por iniciativa da OMS. Neste contexto, o Hospital de Esposende, como vem sendo costume, promoveu uma ação de formação visando o reforço desta prática entre os profissionais de saúde, e uma ação de sensibilização dirigida a todos os que fazem parte do cosmos hospitalar.

Concluimos que o ano de 2025 foi favorável para o crescimento global da atividade hospitalar, impulsionando não apenas o volume de serviços prestados, mas também a otimização de processos internos e a melhoria contínua da qualidade assistencial. Esse progresso reflete o compromisso da Instituição com a inovação, a eficiência e a excelência no atendimento.

A experiência acumulada ao longo dos anos tem sido um fator determinante para o sucesso, permitindo ao Hospital adaptar-se às necessidades em constante evolução e responder de forma eficaz aos desafios do setor. Os resultados positivos alcançados são a demonstração da dedicação da equipa, da solidez da estratégia institucional e do compromisso em proporcionar cuidados de saúde cada vez mais qualificados e acessíveis aos utentes.

CENTRO DE APOIO SOCIAL ERNESTINO MIRANDA (CASEM) ERPI, CENTRO DE DIA E SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Neste ponto do relatório descrevem-se as atividades realizadas durante o ano 2025 nas respostas sociais Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) do CASEM.

Os objetivos definidos nos planos de atividades foram parcialmente atingidos e as atividades propostas foram concretizadas na sua maioria. As atividades foram realizadas pelos utentes das três respostas sociais direcionadas para a Terceira Idade.

Os trabalhos de intervenção no recreio/ parte exterior traseira do CASEM (recreio do CATL) foram concluídos, ficando em falta a colocação de redes e sistema de drenagem das águas.

Deu-se continuidade ao Programa de Emergência Alimentar "Cantinas Sociais" e aos projetos de voluntariado no CASEM através:

- da disciplina do Desenvolvimento e Cidadania da Escola Secundária Henrique Medina;
- do Grupo de Cavaquinhos da Universidade Auto Didata de Esposende, que vem quinzenalmente animar os nossos utentes.

O CASEM recebeu ofertas de géneros alimentares, nomeadamente frutas, legumes e iogurtes, através da loja social de Esposende, do Banco Alimentar e do ALDI. Recebemos ainda donativos materiais da empresa têxtil – IMPETUS.

OBRAS DE AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

No presente ano não foram realizadas obras, contudo, procedeu-se a pequenas reparações.

Para a resposta social ERPI foi adquirido material de desgaste, bem como cadeirões e cadeiras de rodas que se vão danificando, 2 bengaleiros e 1 medidor de tensão arterial.

Para a resposta social SAD adquiriu-se material de desgaste e uma carrinha adaptada.

SERVIÇOS PRESTADOS

No ano 2025 foram admitidos: i) 2 utentes na resposta social ERPI; ii) 7 utentes na resposta social Centro de Dia e iii) 12 utentes na resposta social SAD.

A higiene pessoal (manhã e final do dia) e a alimentação continuam a ser os serviços mais solicitados no SAD. Contudo, a ausência de vagas, em determinadas alturas do ano, leva à impossibilidade de dar resposta à procura.

Das tabelas seguintes constam os dados relativos ao número de utentes que frequentaram as diversas respostas sociais. Constata-se a procura do Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e ERPI.

Meses	Número de utentes/mês		
	ERPI	CD	SAD
janeiro	20	16	40
fevereiro	20	17	40
março	20	15	40
abril	20	16	40
maio	20	15	40
junho	20	15	40
julho	20	15	40
agosto	20	15	39
setembro	20	17	40
outubro	20	17	40
novembro	20	14	40
dezembro	20	15	40

O Programa de Emergência Alimentar, integrado na Rede Solidária de Cantinas Sociais, tem como objetivo assegurar às pessoas e/ou famílias em situação de maior vulnerabilidade o acesso a



refeições diárias gratuitas, constituindo uma resposta social essencial no combate à carência alimentar e à exclusão social.

No ano de 2025, a comparticipação atribuída às Cantinas Sociais foi fixada em **3,75€ por utente**. Verificou-se ainda um reforço significativo da capacidade de resposta, tendo o número de beneficiários protocolados aumentado de 5 para 15 utentes.

Este aumento reflete o alargamento do apoio prestado e o compromisso continuo na promoção da segurança alimentar e do bem-estar das populações mais fragilizadas.

O Acordo de Cooperação celebrado com o Instituto de Segurança Social definido para 2025 foi o seguinte:

Meses	N.º de refeições mês protocoladas	N.º de beneficiários
janeiro	15	6
fevereiro	15	6
março	15	5
abril	15	4
maio	15	4
junho	15	4
julho	15	4
agosto	15	4
setembro	15	4
outubro	15	4
novembro	15	4
dezembro	15	6

PROJETO EDUCATIVO, PROJETOS DE ANIMAÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Neste ponto são apresentadas as atividades gerais desenvolvidas no Centro de Apoio Social Ernestino Miranda. Com o serviço de animação/ socialização do SAD foi possível continuar a incluir os utentes desta resposta social em várias atividades desenvolvidas em conjunto com os utentes da ERPI e Centro de Dia.

Apresentamos de seguida, as atividades realizadas diariamente:

- Várias atividades interativas no sistema multimédia SIOSLIFE;
- Apoio psicossocial;
- Jogos de mesa diários: dominó, cartas, bingo, jogos de raciocínio, jogos lógicos, jogos lúdicos e desportivos;
- Pequenos passeios a pé;



- Comemoração de datas festivas;
- Exercícios de estimulação cognitiva;
- Atividade de cariz religiosa: oração do terço;
- Oficinas: teatro, canto, atividades de expressão plástica, leitura, outras;
- Culinária;
- Agricultura terapêutica;
- Atividades de promoção da autonomia e empoderamento das pessoas mais velhas;
- Atividade física (ginástica/ boccia);
- Aulas de Música;
- Visitas dos familiares.

Para além das atividades regulares desenvolvidas nos diferentes contextos das respostas sociais do CASEM registaram-se outros momentos com os utentes das diferentes respostas sociais da SCME:

ATIVIDADES PROGRAMADAS				
Atividade	Entidade Promotora	Data	Local	Público-alvo
Atividade intergeracional (oficina tricô)	CASEM - CATL	03/01	CATL	ERPI/ Centro de DIA
Janeiras	CASEM	15/01; 21/01 e 29/01	CATL HVR CJISI	ERPI/ Centro de DIA
Cinema sénior	Esposende 2000	31/01	Auditório Municipal	ERPI/ Centro de DIA
Carnaval – desfile	Esposende Ambiente	28/02	Ruas de Esposende	ERPI/ Centro de DIA
Camaval - baile e festa	CASEM	28/02	CASEM	Todas as valências seniores
Frenesim – Se não suspirasse morria Antestreia Espetáculo	Município de Esposende	28/03 e 29/03	Auditório Municipal	ERPI/ Centro de DIA
Preparação dos ramos de oliveira para o Domingo de Ramos	CASEM	10/04 e 11/04	CASEM	ERPI/ Centro de DIA
Eucaristia Pascal Lanche de Páscoa	CASEM	7 a 11/04	CASEM	Todas as valências seniores
Visita ao tapete de flores	CASEM	17/04	Igreja da Misericórdia	ERPI/ Centro de DIA



Visita Pascal	CASEM	20 /04	CASEM	ERPI
X Tomeio de Boccia	ASCRA	11/04	Pavilhão desportivo da Escola de Apúlia	ERPI/ Centro de Dia
Cinema sénior	Esposende 2000	24/04	Auditório Municipal	ERPI/ Centro de Dia
Dia da Família	CASEM	15/05	CASEM	Todas as valências seniores
Festa da família	CASEM	18/05	CASEM	Familiares dos utentes da ERPI
Santos populares	Município de Esposende	18/06	Malafaia	Todas as valências seniores
Cinema sénior	Esposende 2000	20/06	Auditório Municipal	Cinema sénior
Eliminatória para torneio de Malha	CASEM	23 e 25/06	CASEM	Todas as valências seniores
Santos populares Lanche e baile	CASEM	30/06	CASEM	Todas as valências seniores
XIX Torneio de Malha Almoço convívio e Lanche	CASEM com colaboração da JUM	03/07	S. Lourenço	Todas as valências seniores
Dia dos Avós	ACARF F. Lar S. António	25/07	Forjães Largo de S. Roque	ERPI/ Centro de Dia
Festa da cidade – concerto das bandas de música	Paróquia de Esposende	14/08	Praça do Município	ERPI/ Centro de Dia
Lanche das colheitas	CASEM	05/09	CASEM	ERPI/ Centro de Dia
Desfolhada	ACARF F. lar S. António	11/09	Forjães Largo de S. Roque	ERPI/ Centro de Dia
Cinema sénior	Esposende 2000	26/09	Auditório Municipal	Cinema sénior
Harmonias Sensoriais Sessões de Snoezelen	JUM	6/10	Centro social JUM	ERPI/ Centro de Dia
Comemoração do Dia da Pessoa Idosa Almoço convívio	CASEM	05/11	Restaurante Campo da Fonte	Todas as valências seniores
Dia Mundial da Saúde Mental	GRASSA/CSJ Belinho	08/10	Salão Paroquial de Antas	ERPI/ Centro de Dia
I Torneio de Bingo	CS João Paulo II	24 de outubro	CS João Paulo II	ERPI/ Centro de Dia
II Encontro Boas Práticas na Promoção do envelhecimento ativo e saudável	Ativo+ Esposende	7/11	Auditório Municipal	---



Magusto	CASEM	10/11	CASEM	Todas as valências seniores
Almoço e festa de Natal	CASEM	19/12	CASEM	Todas as valências seniores

ATIVIDADES NÃO PROGRAMADAS

Atividade	Entidade Promotora	Data	Local	Público-alvo
Janeiras	ESHM	9/01	Sala de convívio	ERPI/ Centro de Dia
Visita intergeracional	ESHM	20/01	Sala de convívio	ERPI/ Centro de Dia
Atividade intergeracional	Jardim de infância	23/01	Sala de convívio	ERPI/ Centro de Dia / CJISI
Visita intergeracional	Escola básica António Correia de Oliveira	30/01	Jardim do CASEM	ERPI/ Centro de Dia/ Alunos EBACO
Visita intergeracional	ESHM	31/01	Sala de convívio	ERPI/ Centro de Dia/ Alunos ESHM
Jurados de carnaval	CATL	03/03	CATL	ERPI/ Centro de Dia/ CATL
Atividade intergeracional	CATL	16/07 22/07 30/07	CATL	ERPI/ Centro de Dia/ CATL
Se eu não suspirasse já tinha morrido	Município	11/09	Auditório municipal	ERPI/ Centro de Dia/ SAD
Janeiras	ESHM	9/01	Sala de convívio	ERPI/ Centro de Dia
Visita intergeracional	ESHM	20/01	Sala de convívio	ERPI/ Centro de Dia
Atividade intergeracional	Jardim de infância	23/01	Sala de convívio	ERPI/ Centro de Dia / CJISI
Visita intergeracional	Escola básica António Correia de Oliveira	30/01	Jardim do CASEM	ERPI/ Centro de Dia/ Alunos EBACO
Visita intergeracional	ESHM	31/01	Sala de convívio	ERPI/ Centro de Dia/ Alunos ESHM
Jurados de carnaval	CATL	03/03	CATL	ERPI/ Centro de Dia/ CATL
Atividade intergeracional	CATL	16/07 22/07 30/07	CATL	ERPI/ Centro de Dia/ CATL
Se eu não suspirasse já tinha morrido	Município	11/09	Auditório municipal	ERPI/ Centro de Dia/ SAD
Concílio - Respeito e valorização das diferenças	CASEM	19/09	Sala do 1º andar	ERPI/ Centro de Dia



Concílio – refeições ITAU	CASEM	19/09	Sala de convívio	ERPI/ Centro de Dia/ ITAU
Atividade intergeracional Pão com Deus	CATL	31/10	Sala de convívio	ERPI/ Centro de Dia/ CATL
Visita intergeracional	ESHM	10/11	Sala de convívio	ERPI/ Centro de Dia/ Alunos ESHM
Sinfonietta de Braga	Município	13/11	Sala de convívio	ERPI/ Centro de Dia/ CATL
Cantorias da Itáu	ITAU	20/11	Sala de Convívio	ERPI/ Centro de Dia/ CATL
Atividade intergeracional Bom Natal	CATL	18/12	Sala de Convívio	ERPI/ Centro de Dia/ CATL
Postal amigo	Esposende Ambiente	19/12	Sala de Convívio	ERPI/ Centro de Dia
TV Esposende: música	TV Esposende	19/12	Sala de Convívio	ERPI/ Centro de Dia/ CATL

As atividades permanentes que tiveram maior participação dos utentes foram as seguintes: aulas de música, jogos interativos no sistema multimédia SIOSLIFE (videochamadas, ouvir música, ouvir o terço, jogo do bingo em grupo, atividades interativas individuais), jogos de mesa, ateliês (leitura, escrita, trabalhos manuais, jogos de mesa, jardinagem, culinária), estimulação cognitiva, oração do terço, atividade física.

As atividades realizadas no âmbito do Programa de Envelhecimento Ativo (parceira com a autarquia local e Instituições Particulares Solidariedade Social locais) e as atividades realizadas no exterior tiveram uma grande adesão por parte dos diferentes utentes das respostas sociais.

PROJETOS DESENVOLVIDOS EM PARCERIA

Foram realizadas diversas atividades com parceiros sociais:

- Cantorias da ITAU com o cantor Nuno Duque (20.11.2025);
- Frenesim (28.03.2025 e 29.03.2025);
- X Torneio de Boccia a 11/04/2025 (ASCRA | Esposende 2000);
- Esposende 2000 - Boccia;
- Postal Amigo;
- Sinfonietta de Braga (13.11.2025);
- XIX Torneio Malha SCME x JUM (03.07.2025);
- I Torneio Bingo CS João Paulo II (24.10.2025);
- Organização e participação no II Encontro de Boas Práticas de Promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável.

Colaboração de outras entidades:

- Município de Esposende;
- Esposende 2000;
- Rede Municipal de Psicologia;
- Fórum para a Promoção da Longevidade;
- Instituto Politécnico de Viana do Castelo;
- Escola Secundária Henrique Medina;
- Universidade do Minho;
- Instituições que fazem passar parte do Programa Ativo+ do Município;
- Sinfonietta de Braga;
- Escola Básica António Correia de Oliveira.

Intercâmbio com outras respostas sociais da SCME:

- Janeiras – Creche e Jardim de Infância Santa Isabel e Hospital Valentim Ribeiro;
- Jogos tradicionais intergeracionais: Centro de Atividades de Tempos Livres.



CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES (CATL)

O presente relatório descreve as atividades realizadas durante o ano 2025 na resposta social CATL – CATL clássico e CATL extensão de horário e interrupções letivas.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas, as atividades de caráter mais lúdico e recreativo realizaram-se em períodos de interrupção letiva e foram concretizadas de acordo com as planificações para esses períodos. As atividades realizadas no exterior, como passeios, visitas e idas à praia implicaram a contratualização de serviços com empresas de transporte.



OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Para além do material utilizado regularmente para a realização de atividades, adquiriu-se material para apetrechamento da resposta social no início do ano letivo e material de desgaste ao longo do ano.

SERVIÇOS PRESTADOS

Na tabela seguinte consta o número de utentes que frequentaram a resposta social CATL durante o ano de 2025.

Meses	Acordo	
	CATL Clássico c/almoço	Extensão de horário e interrupções letivas s/almoço
janeiro	3	30
fevereiro	3	30
março	3	30
abril	3	30
maio	3	30
junho	3	30
julho	3	30
agosto	3	30
setembro	3	30
outubro	3	30
novembro	3	30
dezembro	3	30

PROJETOS DE ANIMAÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No âmbito das atividades realizadas no CATL, resposta social que integra um conjunto de atividades de caráter lúdico-recreativo e de apoio sociofamiliar, foram realizadas as seguintes ações:

- Acompanhamento das crianças, da Instituição para a escola e vice-versa;
- Serviço de refeições (almoço e lanche);
- Acompanhamento nos trabalhos escolares;
- Prolongamento de horário, funcionamento em períodos não letivos e primeira quinzena do mês de agosto;



- Acompanhamento dos utentes do CATL para outras associações, nomeadamente: escola de futebol, escola de música, escola de dança, instituto de inglês.
- Realizações de diversas atividades lúdico-pedagógicas;
- Realização de trabalhos manuais;
- Passeios, visitas, idas à praia.

Para além das atividades mencionadas anteriormente, comemoraram-se datas festivas:

- Comemoração dos aniversários, na última sexta-feira de cada mês;
- No início do ano letivo, após a reunião de Pais, implementaram-se as tardes livres de sexta-feira com vista à realização de atividades lúdicas e temáticas e proporcionar mais momentos livres às crianças;
- Lanche de Carnaval (com desfile e dança) - atividade intergeracional com a ERPI e CD;
- Comemoração do Dia do Pai;
- **Atividades de interrupção letiva da Páscoa:**
 - Caça aos Ovos no CATL;
 - Artes Plásticas no CATL;
 - Oficinas na Casa da Juventude;
 - Oficinas no Centro Interpretativo de S. Lourenço;
 - Brincadeiras Livres no CATL;
 - Hora de Estudo no CATL.
- Comemoração do Dia da Família;
- Comemoração do Dia da Criança;
- Comemoração dos Santos Populares: marchas no CATL.
- **Atividades de interrupção letiva Verão:**
 - Idas à praia;
 - Visita à Lota de Esposende;
 - Observatório de Avifauna Esposende-Fão;
 - Visita à Estação Socorro a Náufragos;
 - MagiKland;
 - Sessão de Esclarecimento acerca dos Perigos do Mar (Praia Suave Mar);
 - Atividade Intergeracional "Agulha Mágica";
 - Visita ao Museu de Esposende;
 - Oficina "Jogos de Verão" no Centro de Educação Ambiental;



- Jogos de água e música no CATL, juntamente com os utentes da Praxis;
- Oficina "Mãos de Carvão" no CISL;
- Oficina "Dia dos Avós" na Casa da Juventude;
- Sessão de Esclarecimento "Perigos da Internet" pela GNR;
- Dia do Cachorro no CATL;
- Atividade "Jogos Galaicos" no CISL;
- Jogos com água no CATL;
- Festa de Encerramento do Ano Letivo.
- Festa do Halloween;
- Comemoração do Magusto;
- Festa de Natal: crianças e trabalhadoras do CATL em parceria com a Creche e Jardim de Infância Santa Isabel.
- **Atividades de interrupção letiva Natal:**
 - Oficina de Natal na Casa da Juventude;
 - Sessão de Relaxamento no CATL;
 - Sessão de Cinema de Natal no CATL;
 - Hora de estudo no CATL;
 - Visita à Aldeia Natal da cidade de Esposende;
 - Mini caminhada pela Marginal de Esposende;
 - Atividades livres no CATL;
 - Oficina intergeracional no CATL com os utentes da ERPI e CD;
 - Musical "A Pequena Sereia no Gelo" no Mar Shopping, Porto.





PROJETOS DESENVOLVIDOS EM PARCERIA

Foram concretizadas atividades em parceria com os serviços locais, nomeadamente, Museu Municipal, Centro Interpretativo de S. Lourenço, Centro de Educação Ambiental e Casa da Juventude.

Intercâmbio com outras instituições:

Foi realizada uma atividade em parceria com a Academia PRAXIS.

Intercâmbio com outras respostas sociais da SCME:

- Desfile de Carnaval com os idosos (Centro de Dia e ERPI) a serem júris no concurso de máscaras;
- A Festa de Natal 2025 foi realizada em parceria com a Creche e Jardim de Infância Santa Isabel.

CRECHE – JARDIM DE INFÂNCIA SANTA ISABEL (CJISI)

A Creche e Jardim de Infância Santa Isabel é um complexo composto por duas creches e um jardim de infância, concentrados num único edifício, construído de raiz para acolher as seguintes respostas sociais: Creche I, Creche II e Jardim de Infância.

O número de utentes por resposta social nos anos letivos e 2024/2025 e 2025/2026 está refletido no seguinte quadro:



	Ano Letivo 2024/2025 (janeiro a agosto) Número de crianças	Ano Letivo 2025/2026 (setembro a dezembro) Número de crianças
CRECHE I CRECHE II (N.º de crianças por Acordo de cooperação: 40+46=86)	86	94
JARDIM DE INFÂNCIA (N.º de crianças do Acordo de cooperação: 125 – Ano letivo 2024/2025 108 – Ano letivo 2025/26)	125	108

OBRAS DE AMPLIAÇÃO E DE REQUALIFICAÇÃO

Ao longo do ano de 2025 foram realizados serviços de manutenção no edifício e espaços interiores, assim como exteriores, com a requalificação de alguns espaços verdes dos recreios.

Foram também feitas melhorias/ reparações nos espaços interiores e pinturas de algumas salas e corredores.

Foi feita a lavagem do godo dos telhados da zona sul da CJI, bem como a substituição de toda a tela do telhado.

Foram, também, substituídos todos os toldos das portas das salas viradas a poente.

OUTROS INVESTIMENTOS

Houve um reapetrechamento das salas com aquisição de material pedagógico adequado às diferentes faixas etárias, alguns móveis necessários ao melhor funcionamento das salas, bolas para as piscinas e vários materiais de psicomotricidade. Procedeu-se à aquisição de materiais de desperdício, equipamentos para fazer face às exigências na manutenção e higienização dos espaços.

Ao nível do material de desgaste foi necessária a aquisição de material diverso, ao longo do ano, para o desenvolvimento das diferentes atividades, quer na Creche, quer no Jardim de Infância.

No Jardim de Infância estas atividades foram desenvolvidas tendo em conta as áreas curriculares: Área de Formação Pessoal e Social, Área da Expressões e Comunicação e Área de Conhecimento do Mundo. Na Creche, de acordo com as Orientações Pedagógicas para a Creche.

Procedeu-se à manutenção da plataforma da ChildDiary.

PROJETO EDUCATIVO, PROJETO PEDAGÓGICO E PLANO DE ATIVIDADES

Ao longo do ano 2025 foram desenvolvidas atividades pedagógicas com os diferentes grupos de Creche e de Jardim de Infância, de acordo com o Plano de Atividades, o Projeto Curricular de Jardim de Infância e os Projetos Curriculares e Intervenção Pedagógica de Grupo.

No ano letivo 2024/2025, o projeto "Na Natureza: brincar, descobrir e preservar", sublinhou a urgência de experienciar, explorar e descobrir os espaços exterior, como um espaço para a ação pedagógica e um espaço por excelência para aprendizagens significativas. O projeto visa conceber e definir os espaços exterior como um espaço educativo, para que as crianças reflitam e participem em práticas cimentadas na natureza; construção de um espaço exterior mais apelativo, desafiador para as suas brincadeiras, descobrirem a Natureza através da sua ação e sentidos, numa dimensão proativa.



As atividades de Animação e Apoio à Família continuaram nos mesmos moldes: Iniciação ao Ballet, Dança Criativa (parceria com a Academia de Bailado de Esposende), Karaté (parceria com a Bushido – Academia de Artes Marciais) e ainda Iniciação ao Inglês (parceria com o English Center).

As crianças que frequentam o Jardim de Infância usufruíram de atividades de Expressão Musical, em parceria com a Escola de Música de Esposende. Também se desenvolveram outras atividades, como saídas ao exterior, adaptação ao meio aquático, Colónia Balnear, entre outras.

DESCRIÇÃO/ DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES

Em **janeiro**, celebrou-se o Dia dos Reis - confeção das coroas de reis, o lanche dos reis e as janeiras. Retomou-se as atividades de Iniciação à Adaptação ao Meio Aquático, com deslocações das crianças às Piscinas Municipais de Esposende, subsidiado pela Instituição. No mês de janeiro foi necessário contratar uma auxiliar de ação educativa, face às necessidades existentes com a abertura de uma nova sala.



No mês de **fevereiro**, as crianças envolveram-se nas atividades e preparativos para o Carnaval – elaboração de máscaras e outras atividades de expressão plástica, musical e dramática. Participaram no tradicional baile de Carnaval – as crianças vieram mascaradas e dançaram nos espaços das CJI. As trabalhadoras confeccionaram o lanche convívio de Carnaval. Os pais participaram na preparação e elaboração dos carros e dos fatos do tradicional desfile de Carnaval, sendo que todos os gastos foram financiados pela Instituição (tecidos, material expressão plástica e desperdício). Neste mês foi necessário contratar uma educadora para substituição de uma baixa médica.

No mês de **março** iniciaram-se as atividades alusivas ao Dia do Pai: elaboração do Postal, decoração dos painéis de entrada e das salas com trabalhos, recorrendo a diversos materiais de expressão plástica e de desperdício. No final do mês, devido às necessidades do grupo, foi contratada uma educadora a tempo parcial para a sala de transição.

No mês de **abril**, as crianças abordaram a Páscoa: confeccionaram um postal alusivo à época e uma lembrança, onde se colocaram os ovos de chocolate oferecidos pela CJISI. Realizou-se o tradicional lanche convívio da Páscoa. Ainda durante este mês, iniciou-se a preparação do Dia da Mãe: escolheram e elaboraram um postal para oferecer às mães, recorrendo a diverso material de expressão plástica e de desperdício.

Em **junho**, comemorou-se o Dia Mundial da Criança com um almoço/ piquenique e lanche nas instalações da CJISI. Procedeu-se à requisição/ aluguer de dois insuláveis para as crianças, aquisição de pequenos insuláveis para as salas da creche, de pinturas faciais e uma lembrança oferecida a cada criança.

Ainda no mês de junho comemorou-se e vivenciou-se as tradições das festas sanjoaninas. O desfile de São João realizou-se no sábado, dia 21 de junho, de modo a permitir um maior envolvimento e participação das famílias e da Comunidade. Durante o desfile, os diferentes grupos de crianças apresentaram a sua marcha. Todas as roupas e adereços foram confeccionadas (aquisição de tecidos e material de retrosaria e confeção) pelas trabalhadoras da CJISI e a colaboração das crianças. As crianças também desfilaram no São Pedro (27 de junho), visto ser o padroeiro da comunidade onde a CJI está inserida. As crianças decoraram e realizaram atividades pedagógicas alusivas aos Santos Populares.



Durante o mês de **junho e julho**, procedeu-se à manutenção e aquisição de material e equipamento para o uso das piscinas, como cloro, bomba de enchimento, protetores solares e outros materiais de exterior. Em julho iniciou-se a época balnear que se prolongou durante 4 semanas. As crianças do jardim de infância desfrutaram deste espaço alternadamente (2 semanas para cada grupo). Tal como nos anos anteriores alugaram-se 4 barracas e contratualizou-se o transporte diário (autocarro). As salas de Jardim visitaram o Zoo Santo Inácio, tendo a Instituição financiado as deslocações e refeições para o dia.

Uma sala de finalistas teve a oportunidade de deslocar-se a Coimbra, para visitar Portugal dos Pequenitos e Quinta Pedagógica das Manas. A outra sala de finalistas realizou uma visita ao Zoo Santo Inácio e ao Feijão Verde Fun Park. Os pais custearam o valor dos ingressos e a Instituição comparticipou com a deslocação (autocarro) e alimentação.

FESTA DE FINALISTAS E ENCERRAMENTO DAS SALAS

As salas de Creche realizaram as suas festas de encerramento do ano no auditório do Polivalente, no final do mês de junho.

As salas de Jardim de Infância organizaram e realizaram a sua festa de encerramento no Auditório Municipal, com apresentação de músicas, peças de teatro, lengalengas. Tantos os pais/ encarregados de educação das crianças do Jardim, como da Creche, participaram na decoração dos espaços para a realização das festas.

Em julho realizou-se também a Festa de Finalistas no Auditório Municipal que foi decorado com a colaboração dos pais e das crianças da sala. Para esta festa foram confeccionadas cartolas, bengalas, diplomas.

Este ano o lanche/ convívio dos Finalistas e das suas famílias realizou-se no Monte de S. Lourenço, tendo sido servidos pela Comissão de Festas de S. Lourenço.

No programa das festas de Jardim e Finalistas, enquadrou-se também uma apresentação de ballet, apresentação de dança e de música, sob a orientação dos professores das AAAF.



Em **agosto**, a CJISI esteve em funcionamento na primeira quinzena do mês, no sentido de dar resposta às necessidades das famílias, sendo assegurados todos os serviços. Encerrou na segunda quinzena do mês.

As atividades foram retomadas nos dias 28 e 29 de agosto, para a preparação das salas de atividades e assim dar início ao novo ano letivo.

A 01 de **setembro** de 2025, iniciou-se o ano letivo 2025/2026, encetando o Projeto Curricular "**Mãos na Terra, Corações no Futuro – "Brincar e preservar a Natureza."**

O mês de setembro focou-se essencialmente na adaptação e readaptação das crianças às rotinas, aos espaços, aos pares e adultos.

Com a chegada do Outono, desenvolveram-se atividades relacionadas com esta estação do ano, conforme o previsto no Plano Anual de Atividades e Projetos das salas: histórias, lengalengas, canções, trabalhos de expressão plástica; debateram e viveram as alterações da natureza e tradições e conceções alusivas ao outono: sobre as colheitas, as vindimas, a chegada do frio, a alteração da natureza.

Em **outubro** deu-se início às atividades extracurriculares: Iniciação à Dança Criativa e ao Ballet; ao Inglês e ao Karatê, destinadas às crianças de Jardim de Infância.

Também se iniciou a actividade curricular de Iniciação à Expressão Musical.

No final do mês as crianças comemoraram o Halloween, com máscaras, decoração dos espaços e um lanche especial.

Em **novembro**, comemorou-se o São Martinho com a tradicional fogueira e, no final, foi servido um lanche para todas as crianças da Instituição com castanhas assadas e cozidas, sumo e bolo.

Dezembro foi o mês essencialmente dedicado ao Natal e as atividades relacionadas com esta época. A Festa de Natal envolveu, como habitualmente, as crianças e os trabalhadores da Instituição, assim como a comissão de pais na decoração e apresentação da festa de Natal. Nesta festa, a Instituição ofereceu a cada criança uma prenda de Natal. A Instituição procedeu ao pagamento do espaço (salão paroquial) para ensaios e realização da festa, requisição de serviço de som e vídeo/ imagem. Os vários grupos de crianças participaram na preparação da festa e adereços: elaboração de cenários e elaboração de apresentações pelas crianças. Elaboraram as lembranças natalícias e participaram na decoração da CJISI com trabalhos alusivos ao Natal.





Realizou-se ainda, o lanche convívio de Natal das crianças, onde a Instituição ofereceu a cada criança uma prenda de Natal - chocolates. As crianças também tiveram oportunidade de assistir ao espetáculo no gelo "A Pequena Sereia", no Porto, subsidiando as deslocações e lanche.

RECURSOS HUMANOS

No decorrer de 2025, a Instituição direcionou a gestão de recursos humanos para a valorização da equipa, para o desenvolvimento de competências e para a promoção de um ambiente de trabalho mais positivo, com o objetivo de tornar a prestação de serviços mais eficaz.

ESTRUTURA DA EQUIPA

A Instituição contou com um total de 157 trabalhadores com contrato individual de trabalho e 156 prestadores de serviços.

Ao longo do ano, registaram-se 23 novas admissões, que incluem contratos de trabalho a termo incerto para substituição de trabalhadores ausentes por doença, e 19 saídas, incluindo uma situação de passagem à reforma.

FORMAÇÃO

Consciente e sensibilizada para o facto de que as ações de formação constituem uma atividade que permite potenciar a qualificação profissional e o desenvolvimento de competências estratégicas, técnicas e relacionais, a SCME preparou para 2025 um Plano de Formação ajustado às necessidades dos seus trabalhadores.

Considerou-se, no entanto, que além das ações de formação previstas no plano deveriam ser desenvolvidas outras, extra plano, por forma a darmos resposta aos desafios constantes que vamos enfrentando nas várias áreas de atuação da Instituição. E, neste sentido, verificamos a participação em 26 ações de formação extra plano.

De referir que, de acordo com a legislação em vigor, mobilizamos parte do saldo do Fundo de Compensação do Trabalho para ações de formação não financiadas e certificadas, nas mais diversas áreas, num total de €10.502,41.

Das 14 ações de formação previstas realizaram-se 4, estando ainda uma ação de formação a decorrer em regime online e assíncrono, registando-se uma taxa de execução do plano de formação aprovado de 29%, ou seja, mais uma vez muito abaixo do expectável.

Não obstante a taxa de execução do Plano de Formação ter baixado, o número de horas médio por trabalhador aumentou em 2025, sendo agora de, aproximadamente, 6h/trabalhador (2024 = 2h/trabalhador; 2023 = 1h/trabalhador), o que representa que os trabalhadores, numa atitude proativa, procuraram ações de formação e a Instituição proporcionou-lhes a oportunidade de participarem.



Registamos 150 participações no total das ações planeadas e extra plano, com um total de 1016h30 de formação assistidas.

FORMAÇÃO PLANEADA						
AREA FORMATIVA	NOME DA AÇÃO	N.º PARTICIPANTES	ENTIDADE FORMADORA	HORAS	HORÁRIO	DATA
Segurança e Saúde no Trabalho	Dia Mundial da higiene das Mãos – Integrada	59	SCME	00h30	Laboral	06 e 07-mai
Gestão e Administração	Cibersegurança para Empresas - Packs e-Learning	15	Bureau Veritas	4h00	Laboral	04-jul
Gestão e Administração	Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC)	16	Bureau Veritas	8h00	Laboral	22-set
Gestão e Administração	Auditorias Internas ISO 9001:2015 – Formação Inicial de Auditores	8	Bureau Veritas	40h00	Laboral	set e out

FORMAÇÃO EXTRA PLANO						
AREA FORMATIVA	NOME DA AÇÃO	N.º PARTICIPANTES	ENTIDADE FORMADORA	HORAS	HORÁRIO	DATA
Gestão e Administração	Fundo de Compensação do Trabalho - Condições e procedimentos para a mobilização dos saldos	1	GTI	1h00	Laboral	27-jan
Gestão e Administração	CAC Esposende	5	ULS Barcelos/ Esposende	2h00	Laboral	06-fev
Trabalho e Orientação Social	Catástrofes: pensando a intervenção em Serviço Social	1	Ordem dos Assistentes Sociais	1h00	Pós-laboral	30-set



Gestão e Administração	ChildDiary	2	ChildDiary	1h00	Laboral	13 a 22-ago
Trabalho e Orientação Social	Curso I - Enquadramento do Sistema de proteção de Crianças e Jovens e CPCJ	1	CNPDP CJ	14h00	Laboral	26 e 27-mar
Trabalho e Orientação Social	Curso II - Avaliação e Intervenção no Sistema de Proteção	1	CNPDP CJ	14h00	Laboral	14 e 15-abr
Trabalho e Orientação Social	Curso IV - Aprofundamento da Lei de Promoção e Proteção - Estudo de Caso	1	CNPDP CJ	7h00	Laboral	06-mai
Higiene, Saúde e Segurança	Higiene e Limpeza	16	INOVADI	1h00	Laboral	29-jan
Trabalho e Orientação Social	III Encontro da ReMPsi - A Psicologia na Era da Inteligência Artificial	1	REMPsi	07h00	Laboral	17-out
Trabalho e Orientação Social	II Encontro de Boas Práticas de Promoção de Envelhecimento Ativo e Saudável	1	Câmara Municipal de Esposende	4h00	Laboral	07-nov
Higiene, Saúde e Segurança	Instruções Gerais de Segurança em Situações de Emergência	6	SCME	1h00	Laboral	18-dez
Gestão e Administração	Inteligência Artificial no Marketing Digital	1	Vasco Marques Academy	10h00	Laboral e Pós-laboral	01-nov a 22-dez
Trabalho e Orientação Social	Intervenção Profissional na Área das Demências	1	Alzheimer Portugal	52h00	Laboral	mar a mai
Gestão e Administração	Jornadas Técnicas de Licenciamento	1	Entidade Reguladora de Saúde	7h00	Laboral	06-nov
Gestão e Administração	Língua Inglesa - comunicação e serviço ao cliente presencial	1	GTI	50h00	Pós-Laboral	nov
Gestão e Administração	Pós-Graduação em Gestão da Qualidade	1	PEA/ ISCAP e APQ	162h00	Pós-Laboral	15-nov 2024 a 21-jun 2025
Trabalho e Orientação Social	Procedimentos sobre a dinâmica do serviço da ERPI	1	SCME	1h00	Laboral	22-jun
Gestão e Administração	Requisitos Técnicos de Funcionamento para as salas de endoscopia	1	ERS - Entidade Reguladora da Saúde	2h00	Laboral	19-mai
Trabalho e Orientação Social	Seminário "A arte no brincar: Inspirações e Desafios"	2	Câmara Municipal de Esposende	3h00	Laboral	30-mai

Trabalho e Orientação Social	Seminário Final Portugal Mais Velho - Por uma sociedade onde os direitos não têm idade	1	APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	7h00	Laboral	01-out
Trabalho e Orientação Social	Seminário internacional – Mudanças na intervenção social emergentes e o desafio da imigração	1	EAPN	6h00	Laboral	18-mar
Trabalho e Orientação Social	Técnico/a de Apoio à Vítima	1	JOVIFORM	90h00	Laboral	mar a mai
Trabalho e Orientação Social	Todos Temos Direito a um Modelo de Cuidados de Excelência para Pessoas com Demência	1	Alzheimer Portugal	8h00	Laboral	04 a 11-dez
Trabalho e Orientação Social	Workshop Demências: Intervenção Social	1	Alzheimer Portugal	3h00	Laboral	05-dez
Trabalho e Orientação Social	Redes sociais tecnológicas e reais: quem educa na era digital	1	CPCJ	2h00	Pós-Laboral	25-nov

INDICADORES DE DESEMPENHO

- **Taxa de absentismo:** a taxa de absentismo operacional (excluindo baixas médicas e acidentes de trabalho) situou-se em 7,68%, sendo que o absentismo global (incluindo baixas médicas e acidentes de trabalho) representou uma taxa de 17,47%. A diferença entre os dois indicadores evidencia um impacto significativo das baixas médicas prolongadas e acidentes de trabalho no nível global de absentismo da Instituição.
- **Taxa de satisfação dos trabalhadores:** 53,1% de trabalhadores "Satisfeitos" (com base em inquérito por questionário interno)

DESAFIOS

Os principais desafios enfrentados incluíram a adaptação a novas formas de trabalho e a necessidade de melhorar os salários e honorários, para garantir a retenção de trabalhadores e prestadores em determinadas categorias profissionais.

IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

Em 2025, mantivemos a implementação do processo de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade.



VOLUNTARIADO E OUTRAS CAUSAS SOCIAIS

Em 2025, deu-se continuidade às ações de voluntariado que muito contribuem para o bem-estar socioemocional dos utentes dos nossos serviços/ respostas sociais, mais concretamente do Hospital, da ERPI e do Centro de Dia.

IGREJA DA MISERICÓRDIA CULTO GERAL

Relativamente ao culto, na Igreja da Misericórdia continuou a celebrar-se a eucaristia semanal, nas tardes de 2ª feira.

Para além das celebrações eucarísticas anteriormente referidas, também se festejaram algumas datas a nível litúrgico, caso da Semana Santa, do aniversário da SCME e do dia de Nossa Senhora das Dores e festividades natalícias.

SEMANA SANTA

A Semana Santa decorreu entre os dias 13 a 20 de abril e, tal como habitualmente, a SCME esteve envolvida nas celebrações desta época litúrgica através de várias manifestações. Desde logo, preparando a Igreja para esta época, decorando-a com motivos apropriados a este período litúrgico. Para tal contou com a prestimosa colaboração da Câmara Municipal de Esposende (transporte dos bancos e empréstimo de plataforma elevatória). Também enquadrado no âmbito da decoração e valorização da igreja desta Santa Casa foi realizado o tradicional Tapete de Flores, cuja coordenação esteve a cargo dos mesários João Laranjeira e Pedro Losa. A elaboração do Tapete de Flores na Igreja da Misericórdia representou o esforço e dedicação de muitos voluntários (trabalhadores, Irmãos e amigos da Santa Casa da Misericórdia de Esposende).

A participação na Semana Santa manifestou-se ainda na preparação e participação em várias cerimónias e procissões - bênção dos ramos, procissão do Dia de Ramos, procissões de quinta-feira – Procissão do Encontro e de sexta-feira – Procissão do Enterro do Senhor, onde participaram mais de uma centena de Irmãos desta Santa Casa.

PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS

A Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Esposende é Presidente do Secretariado Regional de Braga da União das Misericórdias Portuguesas e é conselheira externa para a Igualdade, integrando a Equipa para a Igualdade Local no Município de Esposende.

A Misericórdia de Esposende integra, ainda, o Conselho Local de Ação Social de Esposende, o Conselho Municipal de Segurança, o Conselho Consultivo do Fórum para a Promoção da Longevidade e a Rede Municipal de Psicologia.



CONSIDERAÇÕES FINAIS ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

ELEMENTOS RELEVANTES DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Em 2025 foram contabilizados 6.905.505,79€ em serviços prestados. Neste ano, as prestações de serviços (faturação) registaram um valor de 5.690.579,97€, o que representa um aumento de 5,72% em relação a 2024. Quanto às participações da segurança social registaram o valor de 1.214.925,82€, o que corresponde a um aumento de 17,75% em relação a 2024.

Os subsídios e participações registaram em 2025 o valor de 5.551,79€, e dizem respeito a um valor recebido do IEF, não tendo registado nenhum valor em 2024.

O Custo das Matérias Consumidas diminuiu cerca de 16,5%, fixando o valor em 583.918,74€.

A rubrica de Fornecimento e Serviços Externos, por sua vez, aumentou, atingindo um valor de 2.589.008,85€ mais 9,7% em relação a 2024.

A Instituição teve um aumento nos Gastos com Pessoal de 12%, tendo os custos com esta rubrica atingido os 2.950.836,69€, e 2.634.819,08€ em 2023.

A rubrica imparidades de dívidas a receber, corresponde a faturas de cuidados continuados emitidas, que foram anuladas através de notas de crédito emitidas em 2025.

A rubrica outros rendimentos que ascendeu, em 2025, a 153.476,54€, diminuiu cerca de 7% comparativamente a 2024. Aqui encontram-se reconhecidos os rendimentos suplementares (70.466,85€) e outros rendimentos da instituição, nomeadamente juros obtidos (19.770,83€), descontos de pronto pagamento obtidos (405,42€), a imputação dos subsídios ao investimento (42.310,06€), restituição de impostos (4.626,16€), Correções relativas a períodos anteriores (2.042,51€) e excesso de estimativa para impostos (5.000€).

Os outros gastos e perdas situaram-se no valor de 10.647,21€, tendo diminuído cerca de 30% comparativamente a 2024.

As depreciações dos ativos da Instituição foram de 337.479,23€.

Terminamos com um Resultado Líquido de 669.475,24€, um aumento de 38,5% face a 2024.

ELEMENTOS RELEVANTES DO BALANÇO

As variações dos ativos não correntes em 2025, resultaram das obras efetuadas nas várias valências da instituição, no montante de 207.660,92€, da aquisição de equipamento básico, no montante de 158.593,49€ e equipamento administrativo no montante de 36.380,34€. Em termos líquidos em comparação com o ano anterior teve um aumento, ascendendo em termos líquidos a 7.657.016,35€.

Os inventários da instituição aumentaram 17%, para um valor de 68.214,67€.



As dívidas de clientes e utentes ascendem a 591.685,04€, o que equivale a um aumento de 3% em relação a 2024.

As disponibilidades da Instituição (caixa e depósitos), apresentaram um aumento, registando em 2025 o valor de 4.593.141,14€.

Os Fundos Patrimoniais da Instituição são de 11.804.139,55€ o que confere uma autonomia financeira de cerca de 91%, que corresponde a um valor semelhante ao registado em 2023.

Relativamente ao Passivo da Instituição não existe quaisquer dívidas bancárias. O valor registado no passivo não corrente diz respeito ao programa eficiência energética.

No Passivo corrente aumentaram as dívidas a Fornecedores em 13,5%, situando-se agora em 272.373,88€, o Estado e outros entes públicos diminuiu em 29%, registando o montante de 70.889,96€ e os outros passivos correntes uma diminuição de 10%, registando o montante de 573.021,98€

ELEMENTOS RELEVANTES DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Em 2025 a Instituição recebeu de clientes e utentes 6.961.192,28€ (mais 8% em relação a 2024), e fez pagamentos a fornecedores de 3.264.053,96€ e a colaboradores de 2.063.994,98€.

Com os recebimentos e pagamentos operacionais a Instituição libertou fluxos operacionais de 950.009,11€.

A Instituição gerou fluxos negativos de investimento durante 2025, com pagamentos de 454.995,57€.

Em 2025 houve uma variação positiva dos fluxos de caixa, tendo os recebimentos sido superiores aos pagamentos em 491.910,21€, terminando o ano com uma disponibilidade financeira de 4.593.141,14€.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Após a data de fecho do período, verificaram-se fenómenos meteorológicos adversos de natureza excecional, suscetíveis de gerar impactos económicos e operacionais em determinados setores da economia. Atendendo à proximidade temporal desses acontecimentos e à incerteza associada à sua evolução, não foi possível, à data, quantificar de forma fiável os seus eventuais efeitos na atividade da Santa Casa da Misericórdia de Esposende.

Não obstante, com base na análise efetuada até à presente data, a Mesa Administrativa considera que não existem indícios de impactos materiais que justifiquem ajustamentos às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Até à data, não são conhecidos quaisquer outros factos relevantes que devam ser registados.



EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPOSENDE

Vivemos num período marcado por fortes restrições, austeridade e desafios significativos, onde se tornam cada vez mais evidentes sinais de empobrecimento da população, bem como o agravamento das desigualdades e injustiças sociais. Este cenário contrasta com a defesa de interesses particulares associados a políticas económicas de cariz liberal ou até neoliberal.

Neste contexto, a Santa Casa da Misericórdia de Esposende continuará a desenvolver a sua missão de forma empenhada e altruísta, mantendo o apoio às pessoas mais vulneráveis, com sentido de solidariedade e compromisso. O seu objetivo é atenuar as desigualdades sociais e promover um desenvolvimento equilibrado, contribuindo simultaneamente para o progresso nacional no âmbito da economia social – um pilar essencial para a sustentabilidade das instituições de solidariedade e para o país, que necessita de continuar a crescer de forma significativa.

Neste âmbito, a Instituição dará continuidade ao reforço das respostas sociais já existentes, mantendo também a possibilidade de criar novas valências, desde que fundamentadas em estudos adequados às necessidades locais e regionais. Tudo isto será feito sem perder de vista a sustentabilidade da organização, que tem orientado a sua atuação ao longo das últimas décadas.

O cenário geopolítico mundial encontra-se permeado de incertezas, sendo a Guerra na Ucrânia, o conflito Israelo-Palestiniano e a intervenção militar dos USA no Irão os principais catalisadores. Até o momento, não se vislumbram perspetivas de resolução destes prolongados conflitos. Devido à complexa história da região, diversas potências mundiais estão a tomar posições opostas, gerando um cenário de considerável incerteza não apenas na economia daquela região, mas também nas relações diplomáticas entre vários países, incluindo os Estados-membros da União Europeia.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da Santa Casa da Misericórdia de Esposende, em 2025, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da Santa Casa da Misericórdia de Esposende, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025.

OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS E INCERTEZAS

No contexto económico e financeiro em que a Santa Casa da Misericórdia de Esposende está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos



riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da implementação de procedimentos de controlo, a Santa Casa da Misericórdia de Esposende procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas. O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos da Santa Casa da Misericórdia de Esposende.

PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Aos resultados apurados no período findo em 31 de dezembro de 2025, no valor de € 669.475,24, propõe-se que os mesmos sejam mantidos na rubrica de Resultados transitados.

INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Dando cumprimentos às divulgações exigidas por diplomas legais, a Mesa Administrativa informa que:

- A Santa Casa da Misericórdia de Esposende não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro;
- Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa que a situação da Santa Casa da Misericórdia de Esposende perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas em 2025 foram de 6.000 euros, acrescidos de IVA, relacionados exclusivamente com os serviços de revisão legal de contas da Santa Casa da Misericórdia de Esposende

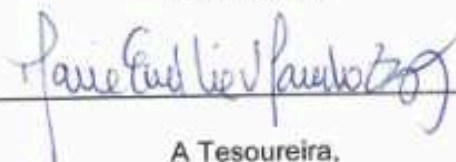
DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Órgão de Gestão e autorizadas para emissão em 23 de março de 2026, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor.



Esposende, 23 de março de 2026

A Provedora,



A Tesoureira,





Santa Casa
da Misericórdia
de Esposende

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Santa Casa da Misericórdia de Esposende





**Santa Casa
da Misericórdia
de Esposende**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025



ÍNDICE

BALANÇO	3
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	4
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	5
MAPA DE CONTROLO DE SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	9



BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2025

Unidade monetária: €

Unidade Monetária

RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2025	31-12-2024
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	7 646 993,86	7 576 350,51	
Ativos intangíveis	6	1 094,20	6 582,03	
Investimentos financeiros		8 928,29	17 388,19	
Subtotal		7 657 016,35	7 600 320,73	
Ativo corrente				
Inventários	7	68 214,67	58 368,34	
Créditos a receber	8	591 685,04	572 441,23	
Outros ativos correntes	10	7 266,37	27 413,03	
Caixa e depósitos bancários	11	4 593 141,14	4 101 230,93	
Subtotal		5 260 307,22	4 759 453,53	
Total do Ativo			12 917 323,57	12 359 774,26
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	12	97 939,83	97 939,83	
Excedentes de revalorização	12	2 606 527,17	2 632 822,05	
Resultados transitados	12	7 701 012,45	7 191 513,86	
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	729 184,86	771 494,92	
Resultado líquido do período		669 475,24	483 203,71	
Total dos fundos patrimoniais			11 804 139,55	11 176 974,37
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	15	172 982,12	208 856,24	
Subtotal		172 982,12	208 856,24	
Passivo corrente				
Fornecedores	16	272 373,88	239 918,77	
Estado e outros entes públicos	9	70 889,96	100 079,22	
Financiamentos obtidos	15	23 916,08		
Outros passivos correntes	14	573 021,98	633 945,66	
Subtotal		940 201,90	973 943,65	
Total do passivo			1 113 184,02	1 182 799,89
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			12 917 323,57	12 359 774,26

Esposende, 23 de março de 2026

O Contabilista Certificado n.º 70561

António Araújo

A Mesa Administrativa

Paula Faria (V. Paulo 75)
António Araújo (V. Paulo 75)
António Araújo



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

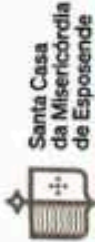
Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	17	6 905 505,79	6 414 383,57
Subsídios, doações e legados à exploração	18	5 551,79	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(583 918,74)	(698 931,07)
Fornecimentos e serviços externos	19	(2 589 008,85)	(2 361 051,78)
Gastos com o pessoal	20	(2 950 836,69)	(2 634 819,08)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	76 831,84	(76 831,84)
Provisões (aumentos/reduções)	15		
Outros rendimentos	21	133 705,71	165 128,02
Outros gastos	22	(10 647,21)	(15 383,05)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		987 183,64	792 494,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	(337 479,23)	(309 291,06)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		649 704,41	483 203,71
Juros e rendimentos similares obtidos	23	19 770,83	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultados antes de impostos		669 475,24	483 203,71
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		669 475,24	483 203,71

Esposende, 23 de março de 2026.

O Contabilista Certificado n.º 70561

A Mesa Administrativa



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos períodos de 2025 e 2024

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Unidade monetária: €	
		Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais		
6	13/14	97 939,83	7 674 717,57	2 632 822,05	771 494,92	-	11 176 974,37		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			26 294,88	(26 294,88)	(42 310,06)	-			
7		-	26 294,88	(26 294,88)	(42 310,06)	-			
8									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						669 475,24	669 475,24		
9=7+8									
RESULTADO EXTENSIVO						669 475,24	669 475,24		
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
10		-	-	-	-	-	-		
6+7+8+10		97 939,83	7 701 012,45	2 606 527,17	729 184,86	669 475,24	11 804 139,55		
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2025									

Esposende, 23 de março de 2026.

O Contabilista Certificado n.º 70561

António ARAÚJO

A Mesa Administrativa

5

Unidade monetária: €

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorizaçã o	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
1		97 939,83	7 140 746,55	2 659 116,93	898 004,51	-	10 795 807,82
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	13/14		50 767,31	(26 294,88)	(126 509,59)	-	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	50 767,31	(26 294,88)	(126 509,59)	-	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					483 203,71	483 203,71
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					483 203,71	483 203,71
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5						
6=1+2+3+5		97 939,83	7 191 513,86	2 632 822,05	771 494,92	483 203,71	11 176 974,37
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024							

Esposende, 23 de março de 2026.

O Contabilista Certificado n.º 70561



ANTÓNIO ARAÚJO – CONTABILISTA CERTIFICADO OCC N.º 70561

A Mesa Administrativa









DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2025

Unidade monetária: €

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		6 961 192,28	6 381 349,75
Pagamento a fornecedores		(3 264 053,96)	(3 143 930,92)
Pagamentos ao pessoal		(2 063 994,98)	(1 840 193,59)
Caixa gerada pelas operações		1 633 143,34	1 397 225,24
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(683 134,23)	(418 575,90)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		950 009,11	978 649,34
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(454 995,57)	(1 245 468,74)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(454 995,57)	(1 245 468,74)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		8 854,71	14 493,78
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(11 958,04)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(3 103,33)	14 493,78
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		491 910,21	(252 325,62)
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	4 101 230,93	4 353 556,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	4 593 141,14	4 101 230,93

Esposende, 23 de março de 2026.

O Contabilista Certificado n.º 70561

A Mesa Administrativa



ANEXO

Em 31 de dezembro de 2025

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Esposende é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República, com sede em Esposende.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Os membros da Mesa Administrativa, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Desta forma, o Contabilista Certificado atesta a conformidade das contas do ano de 2025.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3.Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1.Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Mesa Administrativa entende que a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins. Nesta conformidade, as demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

3.1.2. Regime de Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas "*Outros ativos correntes*", "*Outros passivos correntes*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. Informação Comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

87

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecido, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "*Ativos Intangíveis*" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São reconhecidas como gastos do período as "*Despesas de investigação*" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja possível atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são reconhecidos como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

As mais e menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação/retirada, sendo reconhecidas na demonstração dos resultados como "*Outros rendimentos*" ou "*Outros gastos*".



Handwritten signature and initials in the top right corner.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, dos dois o mais.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;



- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

A Entidade utiliza o modelo do custo na mensuração de outros investimentos financeiros, nomeadamente a participação em outras entidades, nas quais não é obrigada a utilizar o método de equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional, e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em entidades ou fundos com valores mobiliários não cotados em mercado regulamentado.

De acordo com o modelo do custo, os investimentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por eventuais perdas por imparidade.

Clientes e outros Ativos Correntes

Os "*Clientes*" e as "*Outros Ativos Correntes*" encontram-se reconhecidos pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "*Perdas por Imparidade*" são reconhecidas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo amortizado menos perda por imparidade.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros Passivos Correntes

As dívidas reconhecidas em "*Fornecedores*" e "*Outros Passivos Correntes*" são reconhecidos pelo seu valor nominal, que é substancialmente idêntico ao seu justo valor.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.



O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimo Obtidos*" encontram-se reconhecidos, no passivo, pelo custo amortizado líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

Locações

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou



- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são reconhecidos pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de *"Fornecimentos e Serviços Externos"*.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10-º encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.º. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Mesa Administrativa. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.9. Subsídios e Outros Apoios de Entidades Públicas

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis estão reconhecidos na rubrica "Outras variações no capital próprio" do Capital próprio, líquidos do montante de imposto a pagar (conforme previsto na nota de enquadramento da conta "593 Subsídios"), e: - quando relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem; - quando relativos a ativos fixos tangíveis não depreciables, mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.



3.2.10. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.11. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Mesa Administrativa foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

As principais estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são:

- a) Definição das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análise de imparidades em contas a receber e inventários; e
- c) Estimativa de férias e subsídio de férias a liquidar em 2025.

Handwritten signature and number 7

3.2.12. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2025				
Descrição	Saldo em 01-jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2025
Custo				
Terrenos e recursos naturais	1 992 020,59	-	-	1 992 020,59
Edifícios e outras construções	7 179 072,36	207 660,92	-	7 386 733,28
Equipamento básico	2 202 102,51	158 593,49	-	2 360 696,00
Equipamento de transporte	202 147,87	-	-	202 147,87
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	684 246,24	20 144,59	-	704 390,83
Outros Ativos fixos tangíveis	63 737,35	-	-	63 737,35
Investimentos em curso	113 652,00	16 235,75	-	129 887,75
Total	12 436 978,92	402 634,75	-	12 839 613,67
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 220 882,00	147 545,45	-	2 368 427,45
Equipamento básico	1 922 046,22	103 838,99	-	2 025 885,21
Equipamento de transporte	174 853,20	9 614,09	-	184 467,29
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	542 846,99	70 992,87	-	613 839,86
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	4 860 628,41	331 991,40	-	5 192 619,81
Quantia escriturada				
	7 576 350,51			7 646 993,86



31 de dezembro de 2024

Descrição	Saldo em 01-jan-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2024
Custo				
Terrenos e recursos naturais	1 992 020,59	-	-	1 992 020,59
Edifícios e outras construções	6 548 120,75	630 951,61	-	7 179 072,36
Equipamento básico	2 137 108,40	178 646,11	-	2 315 754,51
Equipamento de transporte	200 834,11	1 313,76	-	202 147,87
Equipamento biológico	-	-	-	0,00
Equipamento administrativo	519 144,70	165 101,54	-	684 246,24
Outros Ativos fixos tangíveis	63 737,35	-	-	63 737,35
Total	11 460 965,90	976 013,02	-	12 436 978,92
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 082 842,34	138 039,66	-	2 220 882,00
Equipamento básico	1 826 093,79	95 952,43	-	1 922 046,22
Equipamento de transporte	165 239,11	9 614,09	-	174 853,20
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	482 649,27	60 197,72	-	542 846,99
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	4 556 824,51	303 803,90	-	4 860 628,41
Quantia escriturada				7 576 350,51

6. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2025

Descrição	Saldo em 01-jan-2025	Aquisições	Alienações/ Abates	Saldo em 31-dez-2025
Custo				
Programas de computador	77 508,81	-	-	77 508,81
Total	77 508,81	-	-	77 508,81
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	70 926,78	5 487,83	-	76 414,61
Total	70 926,78	5 487,83	-	76 414,61
Quantia escriturada				1 094,20



[Handwritten signature]
7

31 de dezembro de 2024

Descrição	Saldo em 01-jan-2024	Aquisições	Alienações/ Abates	Saldo em 31-dez-2024
Custo				
Programas de computador	77 508,81	-	-	77 508,81
Total	77 508,81	-	-	77 508,81
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	65 439,62	5 487,16	-	70 926,78
Total	65 439,62	5 487,16	-	70 926,78

Quantia escriturada	12 069,19	6 582,03
----------------------------	------------------	-----------------

7. Inventários e custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Em 2025 e 2024 as rubricas "Inventários" e "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2024	Compras	Inventário em 31-dez-2024	Compras	Inventário em 31-dez-2025
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	115 442,79	641 856,62	58 368,34	593 765,07	68 214,67
Total	115 442,79	641 856,62	58 368,34	593 765,07	68 214,67

Descrição	2025	2024
Inventário Inicial	58 368,34	115 442,79
Compras	593 765,07	641 856,62
Inventário Final	68 214,67	58 368,34
CMVMC	583 918,74	698 931,07

8. Créditos a Receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:



Descrição	31-dez-2025	31-dez-2024
Clientes e Utentes c/c	591 685,04	572 441,23
Clientes	564 651,14	554 193,01
Utentes	27 033,90	18 248,22
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	103 541,59	180 373,43
Clientes	87 611,70	164 443,54
Utentes	15 929,89	15 929,89
Perdas por Imparidade do período	(103 541,59)	(180 373,43)
Clientes	(87 611,70)	(164 443,54)
Utentes	(15 929,89)	(15 929,89)
Total	591 685,04	572 441,23

O Prazo Médio de Vencimento e Recebimentos é de 30 dias.

9. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-dez-2025	31-dez-2024
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	19 215,37	35 049,33
Segurança Social	51 674,59	65 029,89
Total	70 889,96	100 079,22

10. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	31-dez-2025	31-dez-2024
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	16 233,56
Entidades devedores por subsídios	-	10 226,86
Outros Devedores	7 266,37	952,61
Total	7 266,37	27 413,03

11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-dez-2025	31-dez-2024
Caixa	10 681,99	13 945,92
Depósitos à ordem	3 582 459,15	3 087 285,01
Depósitos a prazo	1 000 000,00	1 000 000,00
Total	4 593 141,14	4 101 230,93

12. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 31-dez-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2025
Fundos	97 939,83	-	-	97 939,83
Resultados transitados	7 191 513,86	509 498,59	-	7 701 012,45
Excedentes de revalorização	2 632 822,05	-	(26 294,88)	2 606 527,17
Outras variações nos fundos patrimoniais	771 494,92	-	(42 310,06)	729 184,86
Resultado líquido do período	483 203,71	669 475,24	(483 203,71)	669 475,24
Total	11 176 974,37	1 178 973,83	(551 808,65)	11 804 139,55

13. Outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 31-dez- 2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez- 2025
Subsídios ao investimento	771 494,92	-	42 310,06	729 184,86
Total	771 494,92	-	42 310,06	729 184,86



14. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" descompõe-se da seguinte forma:

Descrição	31-dez-2025	31-dez-2024
	Corrente	Corrente
Pessoal	1 219,22	747,49
Adiantamento de clientes	712,37	2 395,85
Fornecedores de investimentos	51 169,04	140 894,64
Credores por acréscimos de gastos	378 106,35	344 469,91
Outros credores	141 815,00	145 437,77
Total	573 021,98	633 945,66

15. Financiamentos obtidos

O saldo da rubrica de "Financiamentos obtidos" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Programa Eficiência Energética	23 916,08	172 982,12	196 898,20	-	208 856,24	208 856,24
Total	23 916,08	172 982,12	196 898,20	-	208 856,24	208 856,24

Este valor é referente a um subsídio reembolsável do Programa de Eficiência Energética cujo investimento em 2021 e 2022 foi de 295 395,23€, dos quais, foi financiado até ao momento, o valor de 208 856,24€. De momento é um financiamento sem qualquer encargo, mas no futuro, mediante os objetivos, poderá converter cerca de 20% deste montante em subsídio não reembolsável. Em 2025, foi feito o pagamento da primeira prestação no valor de 11 958,04€.

16. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-dez-2025	31-dez-2024
Fornecedores c/c	272 373,88	239 918,77
Total	272 373,88	239 918,77

O Prazo Médio de Vencimento e Pagamentos é de 30 dias.



17. Vendas e Serviços prestados

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes valores relativos "Prestação de Serviços:"

Descrição	2025	2024
Prestação de Serviços	5 690 579,97	5 382 588,95
Creche	5 896,58	31 031,34
Jardim	166 756,41	148 004,11
CATL	62 969,42	62 607,88
Centro de Dia	47 623,82	48 048,50
Lar	216 637,86	196 510,96
Apoio Domiciliário	74 540,98	65 083,62
Misericórdia	1 395,27	10 490,06
Hospital	4 959 578,65	4 652 417,63
SMFR	155 180,98	168 394,85
Comparticipações Segurança Social	1 214 925,82	1 031 794,62
Creche	580 862,47	473 015,86
Jardim	250 692,91	207 106,77
CATL	26 800,49	25 115,21
Centro de Dia	34 414,48	29 231,16
Lar	167 838,73	147 579,32
Apoio Domiciliário	154 316,74	149 746,30
Total	6 905 505,79	6 414 383,57

18. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídio à exploração":

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos - IEPF	5 551,79	-
Total	5 551,79	-



19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	2 327 885,45	2 107 987,49
Materiais	25 308,34	22 235,51
Energia e fluidos	164 198,60	150 806,32
Deslocações, estadas e transportes	439,99	514,10
Serviços diversos (*)	71 176,47	79 508,36
Rendas e alugueres	2 140,20	12 255,88
Comunicação	9 584,74	12 621,32
Seguros	7 623,60	9 537,70
Total	2 589 008,85	2 361 051,78

20. Gastos com o pessoal

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2025 foi de 157, mais 6 pessoas que no período homólogo.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	2 416 013,32	2 137 369,26
Indemnizações	(3 722,02)	28 630,55
Encargos sobre as remunerações	508 945,11	437 504,63
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	21 597,88	27 835,68
Outros gastos com o pessoal	8 002,40	3 478,96
Total	2 950 836,69	2 634 819,08

21. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	70 466,85	80 823,27
Juros obtidos	19 770,83	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	405,42	2 066,15
Outros rendimentos	62 833,44	82 238,60
Correções relativas a períodos anteriores	2 042,51	25 434,76
Excesso de estimativa para impostos	5 000,00	-
Imputação de subsídios para investimento	42 310,06	42 310,06
Restituição de Impostos	4 626,16	-
Donativos	8 854,71	14 493,78
Total	153 476,54	165 128,02

Segue o mapa de controlo de subsídios ao investimento.

2

22. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	2 013,12	7 089,37
Outros gastos e perdas	8 634,09	8 293,68
Serviços bancários	5 588,84	4 597,68
Quotizações	2 946,00	3 696,00
Outros não especificados	99,25	-
Total	10 647,21	15 383,05

23. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2025, foram de 6.000,00€ (IVA excluído), exclusivamente referentes a serviços de revisão legal de contas.

24. Acontecimentos após a data de balanço

A 23 de Março de 2026 não são conhecidos quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 serão previsivelmente aprovadas para emissão em reunião da Mesa Administrativa a celebrar a 23 de março de 2026.

No início de 2026, o contexto geopolítico internacional continua marcado por elevada incerteza. O conflito entre a Rússia e a Ucrânia mantém-se ativo, ainda que com períodos de menor intensidade, persistindo a instabilidade na região e o envolvimento

indireto de várias potências internacionais, com impactos ao nível energético e económico.

No Médio Oriente, a situação permanece volátil, com episódios recorrentes de tensão e instabilidade que contribuem para a incerteza nos mercados globais, nomeadamente ao nível dos preços da energia e das cadeias de abastecimento.

Adicionalmente, as relações comerciais entre as principais economias mundiais continuam sujeitas a alguma pressão, designadamente entre a União Europeia, os Estados Unidos e a China, verificando-se a manutenção de políticas protecionistas em setores estratégicos, o que poderá condicionar o crescimento económico global.

No plano económico, apesar de alguma desaceleração, a economia europeia tem demonstrado resiliência, com níveis de inflação mais moderados face ao período anterior, ainda que persistam desafios ao nível das taxas de juro e do custo de financiamento.

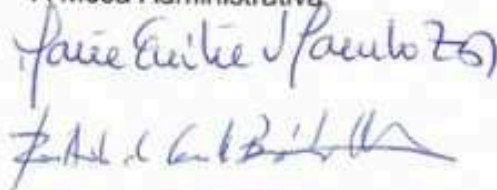
Apesar deste ambiente desafiante, e considerando a performance financeira e operacional da entidade em 2025, é possível afirmar, com um grau razoável de confiança, que os potenciais efeitos adversos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da entidade não comprometem a continuidade das suas operações. Assim, mantém-se apropriado o pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025.

Esposende, 23 de março de 2026

O Contabilista Certificado n.º 70561



A Mesa Administrativa





Santa Casa
da Misericórdia
de Esposende

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Santa Casa da Misericórdia de Esposende



RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**OPINIÃO**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPOSENDE** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 12.917.323,57 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.804.139,55 euros, incluindo um resultado líquido do período de 669.475,24 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPOSENDE**, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subsequentes subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 27 de março de 2026.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771



Santa Casa
da Misericórdia
de Esposende

PARECER CONSELHO FISCAL

Santa Casa da Misericórdia de Esposende





Proposta de Parecer do Conselho Fiscal – Exercício de 2025

1. Introdução Nos termos da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Esposende procedeu à análise do Relatório de Gestão e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Estes documentos foram elaborados sob a responsabilidade da Mesa Administrativa, de acordo com as Normas Contabilísticas para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

2. Análise da Situação Financeira e Patrimonial

O Conselho Fiscal destaca os seguintes indicadores de desempenho e solidez financeira:

- **Crescimento do Ativo:** O Ativo Total da instituição atingiu os **12.917.323,57 €**, representando um aumento face aos 12.359.774,26 € registados em 2024.
- **Liquidez:** Verifica-se uma posição de tesouraria muito robusta, com as disponibilidades em Caixa e Depósitos Bancários a somarem **4.593.141,14 €**. O fluxo de caixa operacional gerou **950.009,11 €**, o que demonstra a capacidade da instituição em sustentar as suas atividades correntes.
- **Resultados:** O Resultado Líquido do Período foi de **669.475,24 €**, um crescimento de **38,5%** em relação ao excedente de 483.203,71 € do ano anterior.
- **Autonomia Financeira:** O total dos Fundos Patrimoniais ascende a **11.804.139,55 €**, o que confere à Santa Casa uma elevada autonomia e estabilidade para enfrentar desafios futuros.

3. Atividade Operacional

- Os rendimentos de "Vendas e serviços prestados" totalizaram **6.905.505,79 €**, evidenciando a dinâmica das valências da instituição.
- O Conselho Fiscal nota o aumento controlado dos Gastos com o Pessoal (**2.950.836,69 €**) e dos Fornecimentos e Serviços Externos (**2.589.008,85 €**), necessários para a manutenção da qualidade dos serviços prestados.

4. Apreciação Técnica As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. O Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do ano, a execução orçamental e as principais rubricas contabilísticas, não tendo detetado irregularidades ou situações que coloquem em causa a integridade das contas apresentadas.

5. Conclusão e Parecer

Face aos elementos analisados, o Conselho Fiscal é de parecer que:

1. As Demonstrações Financeiras de 2025 refletem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Santa Casa da Misericórdia de Esposende.
2. A proposta de aplicação do Resultado Líquido de 669.475,24 € para reforço de **Resultados Transitados** é adequada para garantir a sustentabilidade de longo prazo da instituição.

Nesta conformidade, o Conselho Fiscal emite **Parecer Favorável** à aprovação do Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2025.

Esposende, 26 de março de 2026

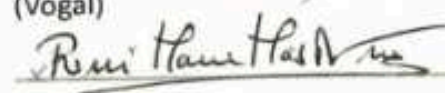
O Conselho Fiscal:



(Presidente)



(Vogal)



(Vogal)



Santa Casa
da Misericórdia
de Esposende

8 0 7

12

12

ATA APROVAÇÃO DE CONTAS

Santa Casa da Misericórdia de Esposende



ATA NÚMERO 63

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano dois mil e vinte e seis, no salão nobre da sede da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Esposende, sita no Largo Doutor Fonseca Lima, cidade de Esposende, decorreu a Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Esposende, convocada pelo Presidente da Mesa, Alberto Francisco Barros Bermudes, nos termos do disposto nos artigos vigésimo segundo e vigésimo terceiro do Compromisso da Irmandade.

A convocatória foi publicitada por editais afixados nos locais habituais, por meio de aviso postal expedido a cada irmão, ou, por correio eletrónico, caso este tenha aderido a este meio de comunicação.

A Assembleia Geral foi convocada para as vinte horas e trinta minutos, tendo-se iniciado às vinte e uma horas, em virtude de não se encontrarem presentes o número de Irmãos previsto no número um do artigo vigésimo quarto do Compromisso.

A Mesa da Assembleia foi constituída pelo Presidente, Alberto Francisco Barros Bermudes, pelo Vice-Presidente, David Manuel Morgado da Cruz, e pelo secretário Jaime Alexandre de Melo Ferreira.

O Presidente da Mesa iniciou a Assembleia, cumprimentando os membros dos órgãos sociais e os irmãos presentes.

De seguida, procedeu à leitura da convocatória, da qual consta a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º - Leitura da ata da última Assembleia Geral;
- 2º - Apreciação e votação do relatório de Atividades e Contas do exercício do ano dois mil e vinte e cinco, tendo em conta os pareceres dos órgãos de fiscalização.
- 3º - Outros assuntos de interesse para a Irmandade conforme nº 3 do artigo 22º do Compromisso.



4º - Voto de Confiança na Mesa da Assembleia Geral para redigir e aprovar a ata da reunião, conforme nº 5 do artigo 19º do Compromisso.

Depois de lida a convocatória, passou-se ao **ponto um** da ordem de trabalhos, **leitura da ata da última Assembleia Geral**, tendo o Presidente da Mesa solicitado ao Vice-Presidente, David Manuel Morgado da Cruz, que procedesse à sua leitura.

Tomou a palavra o Vice-Presidente, cumprimentando os irmãos presentes e, de seguida, procedeu à leitura da ata nº 62 de 28/11/2025.

No final, o Presidente da Mesa agradeceu a leitura e perguntou aos presentes se tinham alguma observação a fazer à mesma. Não tendo havido qualquer reparo, passou ao **ponto dois** da ordem de trabalhos, **apreciação e votação do relatório de Atividades e Contas do exercício do ano dois mil e vinte e cinco, tendo em conta os pareceres dos órgãos de fiscalização**, dando a palavra à senhora Provedora, Maria Emília Pinto Vilarinho Rodrigues de Barros Zão, para, em nome da Mesa Administrativa, expor os documentos aos Irmãos presentes.

Ao tomar a palavra a Senhora Provedora começou a sua apresentação por informar os presentes que as atividades previstas no relatório anual de 2025 foram desenvolvidas num momento e numa conjuntura bastante difícil e com o desafio de continuar a desenvolver a instituição com investimentos necessários para a ampliação dos serviços prestados e para a sua diversificação.

Referiu que a execução do plano de atividades continua a ser orientada por princípios fundamentais da gestão, nomeadamente o rigor e a exigência para melhorar a eficiência operacional e procurou-se reforçar uma cultura organizacional que incute em cada trabalhador a necessidade de melhoria contínua.

As Contas da Santa Casa da Misericórdia de Esposende apresentaram, no final do ano de dois mil e vinte e cinco, um resultado líquido de 669.475,00 €, sendo um aumento significativo em relação ao ano anterior, de 38,5%, o que evidencia uma tendência de crescimento, sendo este sustentável e contínuo.

Realçou que este aumento tem a ver essencialmente com os serviços prestados, 5,7%, e as comparticipações do Estado, particularmente da Segurança Social, 7,5%, tendo por referência o ano de 2024 e ainda com o novo contrato assinado com a Unidade Local de Saúde de Barcelos/Esposende que permitiu o centro de atendimento clínico, o que influenciou em muito na faturação.

Para este crescimento também teve influência, as melhorias nas infraestruturas, na aquisição de novos equipamentos, a sua organização dando continuidade da desmaterialização do processo clínico no atendimento médico permanente e nas consultas, contribuindo para uma redução significativa do uso do papel e para o aumento da sua eficiência operacional.

Houve uma aposta nas redes sociais com a divulgação dos serviços prestados.

Em seguida fez um resumo na explicação dos valores dos serviços prestados, com auxílio de PowerPoint, com gráficos relativos ao ano 2025, tendo por referência o ano de 2024, valores estes relacionados com o Hospital Valentim Ribeiro.

No Centro de Apoio Ernestino Miranda, no geral, os objetivos foram atingidos, as atividades foram realizadas pelas respostas direcionadas para a terceira idade e concluíram-se as obras de intervenção do recreio.

As Cantinas Sociais, continuam de acordo com as necessidades.

Os Programas da Emergência Social e Projetos de Voluntariado, foram desenvolvidos em articulação com a Escola Secundária Henrique Medina e com a Universidade Autodidata de Esposende que quinzenalmente vem animar os utentes do Lar.

Na Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), mantém-se o número permitido de 20 utentes, protocolado com a Segurança Social.

O Centro de Atividades Tempos Livres, desenvolve apenas o que está protocolado.



A Creche e Jardim de Infância estão com lotação completa.

Foram realizadas várias atividades lúdicas com as crianças.

Na Igreja da Misericórdia celebra-se a eucaristia semanal, sendo que a Semana Santa, é o momento tradicionalmente alto bem assim como o dia da Nossa Senhora das Dores.

Ao nível dos recursos humanos e da organização foi direcionado para a valorização das equipas, para o desenvolvimento de competências e para a promoção do ambiente de trabalho mais positivo. Tem sido dado bastante importância à formação dos trabalhadores, com cerca de 150 participações.

No final do ano a Santa Casa tinha 157 trabalhadores e 156 prestadores de serviços.

O Voluntariado tem-se mostrado extremamente importante para ajudar e cuidar dos doentes.

Terminou a sua intervenção, considerando que os objetivos previstos em plano foram cumpridos, informando os presentes que estaria disponível para qualquer esclarecimento e, na parte relativa ao orçamento, solicitou em seu nome e em nome da senhora Tesoureira da Santa Casa, Marta Filipa de Oliveira Barros, autorização ao Presidente da Mesa para que fosse o contabilista certificado da instituição, António Araújo, para, de uma forma breve, apresentar alguns detalhes contabilísticos referentes ao ano 2025.

António Araújo começou a sua intervenção por dizer que esta é a vigésima assembleia que participa, já lá vão vinte anos, exclamou, agradeceu o convite, a confiança depositada nos seus serviços, sendo uma honra participar no desenvolvimento contínuo desta Instituição. Continuou a sua intervenção fazendo uma análise ao desempenho da Santa Casa da Misericórdia de Esposende que a seguir se enumeram, tendo as comparações por referência o ano 2024:

- Elementos relevantes da Demonstração de Resultados:

Em 2025 foram contabilizados 6.905.505,00 € em serviços prestados.

O Custo das Matérias consumidas, de 583.918,00€, diminuiu.

A rubrica de Fornecimento e Serviços Externos aumentou, atingindo um valor de 2.589.008,00 €, cerca de 7%.

A Instituição teve um aumento nos Gastos com Pessoal cerca de 12%, tendo os custos com esta rubrica atingido os 2.950.836,00 €.

A rubrica, outros rendimentos, ascendeu a 133.705,00 €.

Os outros gastos e perdas situaram-se no valor de 10.647,00 €.

As depreciações dos ativos foram de 337.479,00 €.

Apurou-se um Resultado Líquido de 649.704,00 €, um aumento de cerca 38,7%.

- Elementos relevantes da Demonstração de Fluxos de Caixa:

Em 2025 a Instituição recebeu de clientes e utentes 6.961.192,00 €, foram pagos a fornecedores de 3.264.053,00 € e a colaboradores de 2.063.994,00 €.

Com os recebimentos e pagamentos operacionais a Instituição libertou fluxos operacionais de 950.009,00 €.

Foram pagos investimentos realizados no corrente ano 454.995,00 €;

Em 2025 houve uma ligeira variação positiva dos fluxos de caixa, tendo as receitas sido superiores aos pagamentos em 491.910,00 €, terminando o ano com uma disponibilidade financeira de 4.593.141,00 €.

- Elementos relevantes do Balanço:

O Ativo não corrente, ativos tangíveis, intangíveis e financeiros é de 7.646.993,00 €.

Os inventários da instituição aumentaram para 68.214,00 €.

As dividas de clientes e utentes ascendem a 591.685,00 €.

As disponibilidades da Instituição (caixa e depósitos bancários) era de 4.593.141,00 € no final do ano.



O total de fundos patrimoniais é de 11.804.139,00 €, o que leva a autonomia financeira de cerca de 91%, o que é excelente.

A nível de Passivo:

O total de passivo é de 1.113.184,00 €, sendo de longo prazo: 172.982,00 € e corrente: 940.202,00 €.

Foi, desta forma, que foram resumidamente apresentadas as Contas pelo contabilista certificado, António Araújo. A Provedora tomou novamente a palavra aproveitando os valores referenciados para agradecer aos trabalhadores e prestadores de serviços da Santa Casa pela dedicação e empenho que dedicam no seu dia a dia a esta Casa e, ao mesmo tempo, agradeceu também ao contabilista, António Araújo, pelos seus vinte anos de serviços prestados, pelo seu profissionalismo e dedicação.

Tomou a palavra novamente o Presidente da Mesa agradecendo as duas intervenções e de seguida perguntou aos Irmãos presentes se tinham alguma questão a colocar relativamente ao Plano de Atividades e aos números apresentados do Orçamento.

Pediu a palavra o Irmão José Felgueiras para saber quais as razões de ser tão baixa a percentagem de empregados satisfeitos e quais as razões invocadas pelos que não estão satisfeitos. Questionou ainda se as despesas com o pessoal apenas é efetiva com os empregados da Santa Casa ou se também engloba os prestadores de serviços.

A Provedora respondeu relativamente à primeira questão que tem a ver, essencialmente, com os salários, justificando a razão, com o salário mínimo nacional e relativamente à segunda questão que o valor tem a ver apenas com os funcionários da Santa Casa, isto é não engloba os prestadores de serviços.

O irmão Paulo Teixeira questionou qual o motivo do decréscimo nos outros rendimentos. António Araújo respondeu à questão.

O Presidente da Assembleia Geral focou os principais valores que decorrem das demonstrações financeiras, nomeadamente um montante de proveitos próximo dos sete milhões de euros e cinco milhões de euros em

depósitos bancários. Valor este que resulta da boa gestão da Instituição, demonstrando uma grade solidez financeira.

No entanto, como em assembleias gerais anteriores, deu a entender achar excessivo o montante elevado de liquidez disponível, devendo o valor ser aplicado em investimentos necessários a persecução dos objetivos da instituição.

Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa pediu ao Presidente do Conselho Fiscal, Abilio Teixeira, para que explanasse o parecer do Conselho Fiscal. Este tomou a palavra para confirmar os valores contabilísticos, sendo os valores apresentados bastante significativos e assim sendo será de aprovar as contas. O Presidente da Mesa agradeceu a leitura e o trabalho desenvolvido pelo conselho fiscal e de seguida leu parte do relatório dos Revisores Oficiais de Contas, o qual aponta também para a aprovação das contas.

Terminada a intervenção, o Presidente da Mesa colocou o relatório de Atividades e Contas do exercício do ano dois mil e vinte e cinco à votação, sendo aprovados por unanimidade.

O Presidente da Mesa tendo em consideração o relatório de atividades e contas apresentadas, propôs um voto de louvor à atuação da Mesa Administrativa, tendo em consideração a sua atuação durante o ano de dois mil e vinte e cinco. Foi aprovado por maioria com abstenção dos membros da mesa da assembleia.

Passou-se ao ponto 3 – **“Outros assuntos de interesse para a Irmandade conforme nº 3 do artigo 22º do Compromisso”**:

- O Irmão José Felgueiras questionou que, sendo o terreno onde se encontra edificado o Centro de Saúde de Esposende da SCME e estando prevista a recuperação do edifício por parte do Município, gostaria de saber se houve algum contacto com a Santa Casa e se há possibilidades de esta recuperar o edifício.



A Senhora Provedora agradeceu a questão e começou por fazer um pequeno resumo da história do terreno onde se encontra edificado o centro de saúde, tendo por referência a restituição e recuperação do hospital feita nos anos noventa do século passado. Para dizer que a cedência do direito de superfície sobre o terreno terá tido a ver com um acordo entre a Misericórdia, a Sub-Região de Saúde de Braga e a Câmara Municipal. acordaram que o Estado, através da ARS, e a Câmara Municipal apoiariam as obras do hospital e, como contrapartida, a Misericórdia cederia o direito de superfície sobre terreno, por um determinado período, para a construção de Centro de Saúde.

Informou ainda que, por mero acaso, em 2009, foi encontrado um edital da Sub-Região de Saúde de Braga, publicado num jornal, com o objetivo de obter um título justificativo da posse, por usucapião, a qual a Misericórdia contestou e não chegou a produzir os seus efeitos.

Posteriormente num aniversário da Misericórdia, há cerca de três anos, o Presidente da Câmara da altura informou que iria ser construído um novo centro de saúde e aquelas instalações do Centro de Saúde atual passariam novamente para a Misericórdia.

Passado algum tempo suscitaram-se dúvidas se a transferência seria imediata, tendo em conta que a Câmara necessitaria do espaço para a atividade da Câmara Municipal.

No âmbito da transferência de competências foi verificado que o edifício se encontra registado na Conservatória do Registo Predial a favor do ARS.

Foi colocada a questão ao Presidente da Câmara da altura e houve por parte deste a garantia de que a situação ficaria resolvida.

Entretanto houve as eleições autárquicas e o projeto "MUDANÇA" ganha as eleições e, por parte destes, já não vai haver novo centro de saúde, mas a renovação do existente.

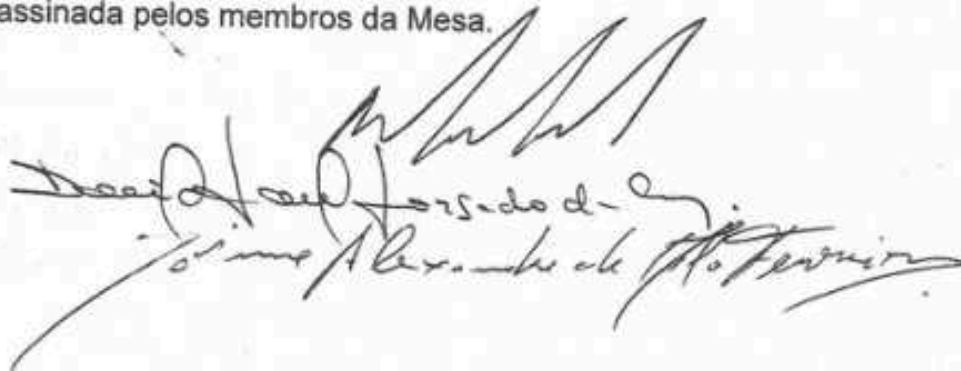
Assim, reunimos com o atual Presidente da Câmara, o qual se disponibilizou para a resolução do problema ao que aguardamos e acompanhamos o andamento do processo muito de perto.

O Presidente da Assembleia Geral sugeriu que se verificassem os fundamentos jurídicos da posição de Santa Casa da Misericórdia de Esposende com o apoio dos juristas da Instituição usando também, se para isso se dispuser, os profundos conhecimentos do senhor Vice-Presidente da Assembleia Geral, David Cruz, na área do direito registral.

No ponto quatro e último da ordem de trabalhos: **"Voto de Confiança na Mesa da Assembleia Geral para redigir e aprovar a ata da reunião, conforme nº 5 do artigo 19º do Compromisso"**, o Presidente da Mesa solicitou à Assembleia poderes para que a Mesa da Assembleia Geral redija e aprove a ata desta Assembleia o que foi aprovado por maioria, com abstenção dos membros da Mesa da Assembleia Geral.

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Mesa agradeceu a presença dos Irmãos, desejou a todos uma Santa Páscoa, e deu por encerrada a reunião, quando eram vinte e três horas e vinte e um minutos.

Assim foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros da Mesa.



Handwritten signatures of the members of the Mesa da Assembleia Geral. The signatures are written in black ink and are somewhat stylized. The names are not clearly legible, but they appear to be written in a cursive script. The signatures are arranged in a horizontal line, with some overlapping.

